



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES

**O ACESSO A SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
IMPERATRIZ: Uma Análise Socioespacial à Partir da Atuação da Polícia Militar**

Imperatriz
2022

LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES

**O ACESSO A SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
IMPERATRIZ: Uma Análise Socioespacial a Partir da Atuação da Polícia Militar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia: Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), Campus Imperatriz, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Imperatriz
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

G633a

Gomes, Luís Fernando de Oliveira

O acesso a serviços de segurança pública no município de Imperatriz: uma análise socioespacial a partir da atuação da Polícia Militar / Luís Fernando de Oliveira Gomes. – Imperatriz, MA, 2022.

58 f.; il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Espacialidade. 2. Estado de segurança. 3. Polícia Militar. I. Título.


CDU 910:355

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**

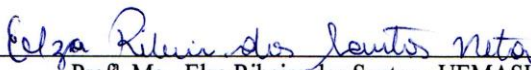
**O ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO
DE IMPERATRIZ: Uma Análise Socioespacial a Partir da Atuação da Polícia Militar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), Campus Imperatriz, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

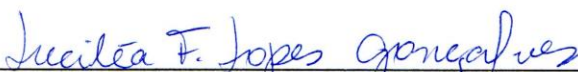
Banca Examinadora



Prof. Dr. - Allison Bezerra Oliveira - UEMASUL (Orientador)



Prof.^a. Ma - Elza Ribeiro dos Santos - UEMASUL



Prof.^a. Ma - Luciléia Ferreira Lopes Gonçalves - UEMASUL

Imperatriz, 29 de agosto de 2022

A Deus, por estar comigo em todos os momentos, por me permitir passar por experiências tão importantes na minha formação pessoal e por ser meu alento nos momentos de dificuldade.

Aos meu país, Enilda e Augusto, por sempre me apoiarem e me instruírem nos melhores caminhos, por serem meus exemplos de honestidade, dedicação e perseverança.

Luís Fernando

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser minha proveniência de fé e esperança, minha fonte de paz nos momentos de tribulação, e em que me espelho na formação de meu caráter.

Ao meus pais por sempre me incentivarem aos estudos, por acreditarem no meu potencial, me encorajaram a alçar meus próprios voos e me darem suporte em todos os momentos.

Aos meus amigos Roberta da Silva, Deyviane e João Oliveira por serem meus companheiros de longa data e serem parte da minha formação de caráter e personalidade, por me proporcionarem sorrisos e momentos felizes.

A Maila Evelyn por todo suporte que me ofereceu desde o início da minha vida acadêmica, ainda que com muitos percalços, sempre esteve ao meu lado com ajudas, palavras de incentivo e amor. Agradeço por estar comigo na realização de mais um sonho.

Aos meus bons amigos de turma, Maria Betânia e Ana Carolina. Amigos queridos com quem aprendi muito, e sempre dividiam um bom momento de conversa comigo.

A todos os meus professores da UEMASUL que se comprometeram a nos transmitir seus conhecimentos e experiências. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor, doutor Alisson Bezerra que foi quem me sugeriu o tema e me orientou e o professor Jailson Macedo, que cada um de sua maneira, me inspiraram a querer dar sempre meu melhor como educador, por constantemente serem um exemplo de profissional.

A todos os meus amigos que não foram citados, mas que possuem grande valor para mim e contribuíram de forma direta e indireta em minha jornada acadêmica e pessoal.

Luís Fernando

“Não desista, porque a vitória pertence àqueles que permaneceram com fé por mais tempo. Deus só prova aqueles quem Ele quer aprovar.”

Sérgio Saas

RESUMO

Este trabalho trás uma discussão acerca da presença da polícia militar em se tratando do espaço ocupado por ela em Imperatriz. O estudo trás consigo uma breve história do surgimento da autoridade policial no Brasil, sua evolução, obrigações e heranças que perduram durante o tempo, até chegar na implantação e a localização dos Batalhões de polícia militar no município de Imperatriz. Uma breve amostra acerca da existência de estudo sobre segurança pública por parte das autoridades do governo do Estado, assim chegando a um planejamento e execução para disponibilizar a população um direito essencial, que é a segurança, passando pela existência ou não de um critério para justificar que as implantações desses batalhões fossem realizadas no endereço atual onde estavam localizados anterior e atualmente. Neste trabalho, é mostrado por meio de mapas a distribuição das viaturas de polícia nos bairros de Imperatriz, juntamente com quadros de dados criminalísticos. Abordará também um outro ponto, que é de suma relevância, uma questão sempre levantada em conversas no meio social, jornalístico e em estudos acerca do contingente de policiais existentes no território municipal, se o número de policiais está de acordo com a densidade populacional de Imperatriz, partindo do ponto em que se, de fato existe um número estipulado de agentes policiais que possam ser empregados no serviço de presença e ostensividade, e se estão à disposição para que possam fazer a segurança da população do município, trazendo um cálculo, que mostra na teoria e na prática se o problema da segurança passa apenas por uma simples questão numérica.

Palavras-chave: Polícia Militar; Espaço; Planejamento.

ABSTRACT

This work brings a discussion about the presence of the military police in the case of the space occupied by it in Imperatriz. The study brings with it a brief history of the emergence of police authority in Brazil, its evolution, obligations and inheritances that last over time, until reaching the implementation and location of the Military Police Battalions in the municipality of Imperatriz. A brief sample about the existence of a study on public security by the authorities of the State government, thus arriving at a planning and execution to provide the population with an essential right, which is security, passing through the existence or not of a criterion to justify that the deployments of these battalions were carried out at the current address where they were previously and currently located. In this work, the distribution of police vehicles in the neighborhoods of Imperatriz is shown through maps, along with tables of criminal data. It will also address another point, which is of paramount importance, a question always raised in conversations in the social, journalistic environment and in studies about the contingent of police officers existing in the municipal territory, if the number of police officers is in accordance with the population density of Imperatriz, starting from the point that if, in fact, there is a stipulated number of police officers who can be employed in the presence and ostensiveness service, and if they are available so that they can provide security for the population of the municipality, bringing a calculation, which shows in theory and in practice if the security problem is just a simple numerical question.

Key words: Military police; Space; Planning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: 3º BPM.....	51
FIGURA 2: 14º BPM.....	54
FIGURA 3: Atual Sede do 14º BPM.....	55

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Organização da Polícia Militar em Imperatriz.	50
---	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização de Imperatriz.....	14
MAPA 2: Área de atuação do 3º BPM	52
MAPA 3: Área de atuação do 14º BPM.	56

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Ocorrências atendidas pelo 3º BPM, período de 2018 e 2019.	53
QUADRO 2: Ocorrências atendidas pelo 14º BPM, período de 2018 e 2019.	57
QUADRO 3: Números gerais de ocorrências somando os bpms.	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPM: Batalhão de Polícia Militar
BR: Belém Brasília
Cel: Coronel
CF: Constituição Federal
CPAI: Comando De Policiamento de Área do Interior
CPRP: Companhia de Polícia de Radiopatrulha
CPTRAN: Companhia de Polícia de Trânsito
FT: Força Tática
GOE: Grupo de operações Especiais
GPAA: Grupo de Policiamento em Áreas Especiais
IBGE: Instituto de Geografia e Estatística
MAJ: Major
ONU: Organização das Nações Unidas
PCD: Policiamento Comunitário
PCSV: Pelotão de Comando e Serviços
PIB: Produto Interno Bruto
PM: Polícia Militar
PMMA: Polícia Militar do Maranhão
QO: Quadro de Oficiais
QOPM: Quadro de Oficiais da Polícia Militar
STF: Superior Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
TEN: Tenente
VTR: Viatura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	13

2.1 Objetivos.....	13
2.1.0 Objetivo Geral	13
2.1.1 Objetivos Específicos	13
2.2 Problemas de pesquisa	13
2.3 Recorte.....	14
2. Aspectos teórico-metodológicos.....	14
3 ESPAÇO, TERRITÓRIO E LUGAR.....	16
3.1 O espaço e a importância da proximidade espacial.....	24
3.2 A análise do território enquanto ferramenta estatal.....	27
3.3 Lugar e valor do indivíduo	29
4 O ESTADO E SEGURANÇA.....	32
4.1 Segurança pública e cidadania	42
4.2 A polícia militar enquanto ferramenta de segurança pública.....	45
5 IMPERATRIZ, POLÍTICA MILITAR E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL.....	48
5.1 A questão espacial dos BPM em Imperatriz	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	60
ANEXO.....	64

1 INTRODUÇÃO

Abordar segurança pública é sempre uma temática ampla a se discutir, e o fato dela, no Brasil, ter uma história ímpar nos traz um desafio ainda maior. Assim, será estudado o espaço geográfico do município de Imperatriz para investigar e avaliar o acesso a serviços públicos de segurança pública da região, fazendo uma análise socioespacial a partir da atuação da polícia militar. O trabalho será explanado em cinco tópicos, sendo que o segundo tópico trará a caracterização da pesquisa em conjunto com os objetivos. Os objetivos, por sua vez, abordarão sobre o uso do território em que a PM atua à medida que se pretende compreender a lógica para implantação dos batalhões em Imperatriz, trazendo alguns dados demonstrativos para apresentar resultados e, conseqüentemente, verificar sua abrangência territorial.

O recorte do município de Imperatriz será usado como base e espinha dorsal deste trabalho, usando como base as informações concedidas. O método utilizado será o hipotético-dedutivo, pois expõe o reconhecimento dos fatos, descoberta e uma formulação do problema.

O terceiro tópico abrange a temática da conceituação de algumas palavras para o aprofundamento da pesquisa, visto que será analisado o âmbito socioespacial do referido município, conceituando espaço, território, lugar-espaço, a importância da proximidade, a análise do território enquanto ferramenta estatal, o valor do indivíduo traçando a influência de um recorte espacial e a importância que esse lugar oferece para a vida de alguém.

O quarto tópico já nos remete à questão do Estado e a segurança pública, cujo o dever é o de fornecer segurança pública e garantir o ir e vir dos cidadãos, assim como os servidores do Estado e cidadãos têm os mesmos direitos e deveres. Pretende-se ainda desenvolver uma análise da polícia militar enquanto ferramenta do Estado até chegar à polícia militar na região do município de Imperatriz, onde será apresentado uma pequena história da origem e implantação dos dois batalhões existentes na cidade em questão.

O último e não menos importante tópico trará os resultados da pesquisa, tudo conforme as informações que foram possíveis ser extraídas e fornecidas, além de dados demográficos e censitários de Imperatriz. Ressalta-se que o objeto da pesquisa é abordar a localização dos batalhões, ou seja, quais os bairros onde amparam como também expor um breve saldo dos recursos humanos e físicos disponíveis em cada batalhão e levantamento de algumas hipóteses. Tudo isso para que possa haver uma melhor compreensão sobre a atividade policial na região imperatrizense.

2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Objetivos

2.1.0 Objetivo Geral

- Compreender o uso a serviços públicos de segurança pública a partir da atuação da polícia militar em Imperatriz.

2.1.1 Objetivos Específicos

- Caracterizar o período histórico da segurança pública no Brasil.
- Analisar a lógica de implantação dos BPMs em Imperatriz;
- Avaliar a eficácia quanto a distribuição do efetivo policial por BPM em face da unidade territorial e sua abrangência.

2.2 Problemas de pesquisa

Como podemos observar a dinâmica de distribuição espacial dos Batalhões da Polícia Militar, no município de Imperatriz?

Se a implantação do 3º BPM e 14º BPM ocorreram através de estudos do atual território em que se encontram e observaram algum parâmetro para aplicação do seu efetivo?

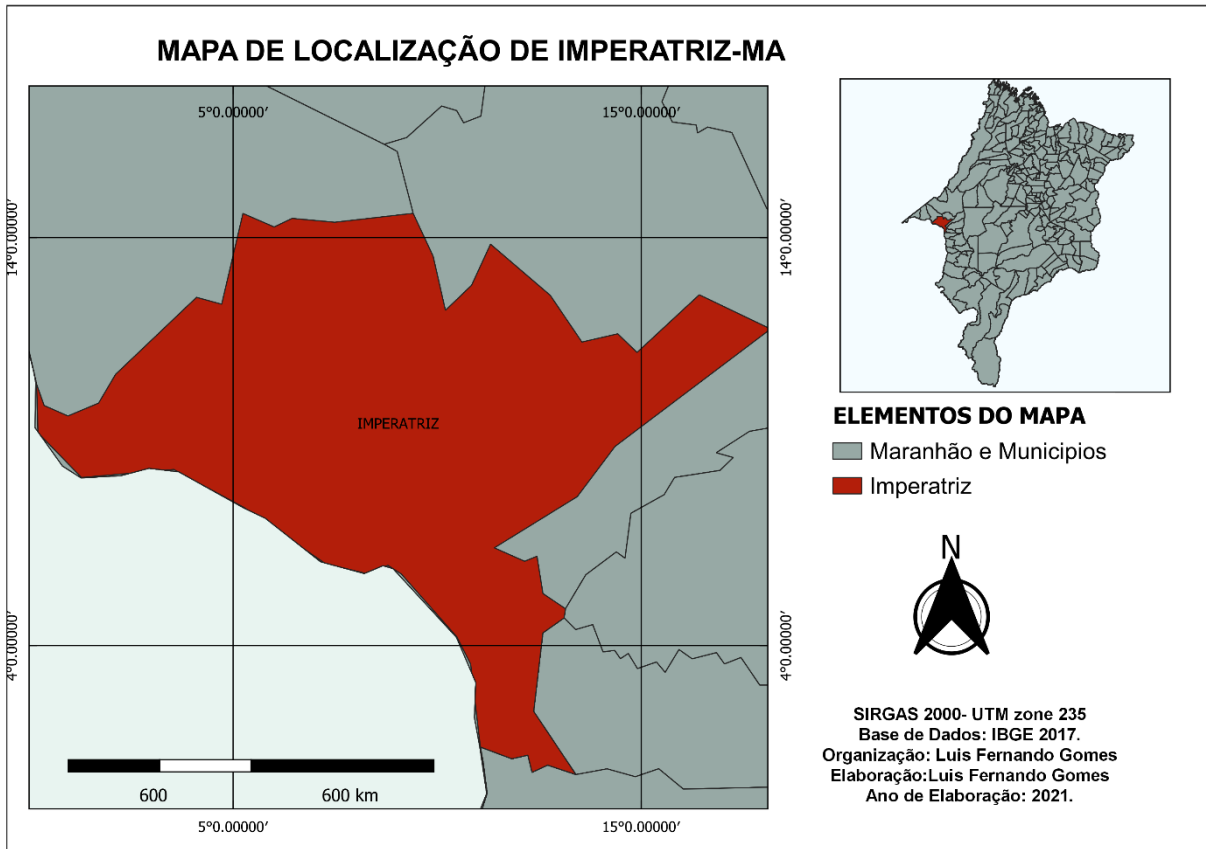
Existe planejamento para atuação e distribuição do efetivo policial dentro do território do município de Imperatriz?

Pode-se afirmar que os dois batalhões são o suficiente para desempenhar a segurança do município de Imperatriz?

2.3 Recorte

Esta pesquisa será baseada no recorte espacial do município de Imperatriz, conforme mapa 1. Trazendo como objeto de pesquisa a Polícia Militar do município, tratando desde sua implantação, critérios utilizados para a instalação dos BPM's, área de atuação e logística de policiamento.

Mapa 1: Localização de Imperatriz



FONTE: O autor (2021)

2. Aspectos teórico-metodológicos

Este TCC foi desenvolvido a partir do método hipotético-dedutivo, onde alguns dos conceitos deste método foram utilizados de acordo com seus respectivos teóricos.

Segundo Popper (1975) o método científico parte de um problema (P1), ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa (TT), passando-se depois a criticar a solução, tendo em vista a eliminação do erro (EE). Logo, tal como no caso da dialética esse processo se renovaria, dando surgimento a novos problemas (P2). O autor sugere que o método hipotético-dedutivo passe por etapas. A primeira para estudo do método hipotético-dedutivo de Popper é, expectativas ou conhecimento prévio, seguido do problema,

conjecturas e o falseamento. Sendo assim, fica subentendido que o escritor usa de um processo investigatório nesse método.

De acordo com Popper (1975):

1. Problema, que surge, em geral, de conflitos ante expectativas e teorias existentes;
2. Solução proposta consistindo numa conjectura (nova teoria); dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste;
3. Testes de falseamento: tentativas de refutação, entre outros meios, pela observação e experimentação.

Popper apresenta o Problema como a primeira etapa, sendo o Problema que irá desencadear toda a pesquisa, norteador o que será relevante e o que é irrelevante. Em seguida, exibe a Conjectura (solução), como a segunda etapa do método, onde a solução vem de forma passível de teste direto ou indireto, lançado para explicar ou prever aquilo que despertou a curiosidade sobre a pesquisa. A terceira etapa de Popper é o falseamento, onde se realizam testes para eliminação dos erros, utilizando de observação e experimentação.

Segundo Bunge (1974), o método hipotético-dedutivo pode ser dividido em cinco etapas:

- a) Colocação do problema: que traz, reconhecimento dos fatos, descoberta do problema e formulação do problema;
- b) Construção de um modelo teórico: que vai enfatizar a seleção dos fatores pertinentes e a invenção das hipóteses;
- c) Dedução de consequências particulares: que aborda a procura de suportes racionais e a procura de suportes empíricos;
- d) Teste das hipóteses: que vai trazer, esboço da prova, execução da prova, elaboração da prova e inferência da conclusão;
- e) Adição ou introdução das conclusões na teoria: onde ocorre, comparação das conclusões com as previsões e retrodições, reajuste do modelo e sugestões para trabalhos posteriores;

As informações utilizadas foram retiradas dos bancos de dados dos Batalhões da Polícia Militar do Maranhão - BPM, especificamente, do 3º e 14º BPM seção de Imperatriz, além de informações socioeconômicas e cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo que todas elas estarão expostas conforme o método proposto para a realização deste trabalho.

3 ESPAÇO, TERRITÓRIO E LUGAR

O ser humano, a partir de sua existência, tornou-se um ser único com o meio terrestre em relação ao uso dos recursos do planeta. O espaço terrestre, em sua totalidade, se apresenta ao homem como uma fonte infinita de recursos. É por esse meio que o homem vai moldando e transformando o relevo, seguindo a evolução de seu intelecto, e assim, domando os desafios do espaço geográfico de acordo com as dificuldades encontradas. São muitas as definições para o termo Território, por isso, se faz necessário o estudo dos significados. Para Milton Santos (2006), o principal conceito, é o de espaço geográfico como resultado de uma construção social, espaço compreendido a partir do sistema de objetos e de ações. Assim, obtém-se um estudo a partir do desenvolvimento da sociedade e o avanço da tecnologia.

De acordo com Santos (1978), o conceito de espaço é central e está relacionado como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e com uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo e se manifestam através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122).

Assim sendo, a evolução espacial ocorre de forma desigual, pelo fato de que há diferentes categorias de território no espaço que podem sofrer modificações naturais indo desde condições climáticas, à falta ou excesso de água, por ação humana. Essas condições estão presentes desde o aparecimento do planeta ao sofrer mudanças drásticas com o passar do tempo. (...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Para Santos (2006), o espaço precisa ser considerado como totalidade: que seria todo o conjunto de relações realizadas através de funções e formas criadas e apresentadas historicamente por processos vividos pela humanidade tanto do passado, como do presente e irá perdurar no futuro.

Milton Santos (1996) pontua que: “o espaço reúne a materialidade e a vida que as anima”. O território é, então, uma construção social erigida a partir de manifestações e domínios no/do espaço (SANTOS 2006 [1996]). Essas citações nos proporcionam uma noção de como a manifestação do simples fato da superfície terrestre ser habitada, acaba fazendo com que ela sofra uma mudança dinâmica ocasionada pelos seres que a habitam.

Conforme Andrade (2007), numa abordagem inspirada em Claude Raffestin, as construções e transformações do espaço em território são decorrentes de modificações, das mais variadas, no próprio espaço, e se dão pelas interferências e pelas relações ocorridas, concomitantemente. A citação de Andrade revela mais uma possibilidade sobre o entendimento de espaço, fazendo entender que ele pode ser caracterizado e delimitado pelos aspectos sociais e culturais, sendo o espaço uma categoria do território. Entretanto, de uma forma bem mais ampla, como se o território fosse subjacente, o que ocorre também quando falamos de lugar.

Para que haja uma transformação do espaço é necessária uma relação dependente e interdependente desses objetos multidimensionais, pois eles se inter-relacionam corroborando em uma ação mútua para uma modificação no espaço. Contudo, na perspectiva de Haesbaert (1995, p.60), “o território deve ser visto não apenas na perspectiva de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica identitária e, podemos assim dizer, afetiva”.

Rogério Haesbaert (1995), assim identifica as vertentes básicas dessas abordagens:

a) A jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder;

b) A cultural(ista), que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva; o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço;

c) A econômica (muitas vezes economicista), hoje minoritária, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material-funcional, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1995).

O recorte espacial denominado território, quando se materializa tende a definir funções, isso ocorre para que aconteça depois da criação deste recorte a manutenção, sendo ela jurídica, política e econômica, e após isso, tende a ver a uma cultura regional.

Os aspectos multidimensionais são uma parte da construção do espaço, onde além deles temos os objetos, sendo que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único em que a história se dá” (SANTOS, 2008 [1996], p 61). O espaço como um conjunto se mostra um lugar desafiador para o homem, em que desde os primórdios, antes mesmo da invenção da escrita, os seres humanos atuam no processo de modificação da natureza. Com o tempo, essa prática foi se tornando cada vez mais comum e

culminou no desenvolvimento das civilizações e na criação de ferramentas para lhe auxiliar, desenvolvendo técnicas para que lhe trazerem uma melhor forma de extrair para si o comodismo que o desenvolvimento traz, todas elas dotadas de seus espaços, sem os quais não seria possível ter referências sobre elas.

Assim sendo, esse espaço é parte constituinte da sociedade que o constrói e, de certa forma, reflexo dela, sendo o produto de suas visões de mundo, práticas sociais, religiões, culturas, e claro, de seu poder. No presente momento, podemos dizer que o nosso espaço atual é fruto não só da sociedade contemporânea, passado, presente e futuro estão unidos e presentes no limiar do espaço.

Deve-se lembrar que o espaço, a partir do estudo geográfico, remete ao conceito do espaço restrito à esfera terrestre. Então, a compreensão desse objeto de estudo deve ser feita por suas partes, dentre esses estão inclusos o estudo do território e lugar. Santos (2006) expõe que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.” O espaço sempre está em metamorfose, por isso é artificial, pode ser mudado, constantemente, conforme a dinâmica da sociedade.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2006, p.39).

A dinâmica ocorrida no espaço produziu tanto por meios naturais, quanto por meios fabricados, as particularidades de cada recorte, algo que perdurará até o fim da vida terrestre. A modificação espacial é necessária e imparável para o avanço da civilização, da técnica e da tecnologia, todos são os objetos que estão presentes no espaço.

Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; o território é conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológico e representa um dado fixo, delimitado, uma área. Quando falamos em delimitação, devemos entender que é uma área constituída pelas relações de poder através do Estado, sendo este, responsável por sua organização geográfica no espaço, considerando uma relação de fatores, incluindo os fatos sociais.

Conforme Santos (1979), os fluxos podem ser compreendidos através de um circuito inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio de exportação, indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação de capital não intensivo; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala. As duas categorias trazem o uso de capital de território para se estabelecerem e se desenvolverem a partir das construções para usos capitalistas.

Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, o território é fixo no espaço, e sempre sofrerá alterações, uma área de formação do espaço. Esse território é delimitado, marcado e pré-fixado, seja pelo poder político-jurídico ou civil. Nesse ponto, o Estado aparece como intermediário entre os agentes de inovação e as realidades nacionais, contudo ambos são condicionados pelas conjunções históricas gerais de uma nação.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (SANTOS, 1988, p.77).

Os dois elementos territoriais, sendo os “fixos” e os “fluxos” são parte da sociedade e dela com um todo, desde o aspecto econômico até o cultural os dois estão associados e configuram o território

O território faz parte do espaço, e assim como o espaço, o território também sofre mudanças de acordo com ação antrópica do homem. Milton Santos em “Concepções de Geografia, Espaço e Território”, elege as categorias, forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço; este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território, sendo todas divididas em diferentes categorias.

(SANTOS, 2005 [1993], p. 138). “O território usado é sinônimo do espaço geográfico, porquanto se trata de uma relação entre uma totalidade que é parte de uma totalidade maior.”

Embora o território seja demasiado diferente de um para outro e essas diferenças sejam resultantes de objetos e ações de cada lugar, e o que causa as mudanças no território, devemos atribuir a complexidade que a humanidade do processo histórico do desenvolvimento da civilização, às particularidades de cada região, entre elas, o surgimento da cultura que é particular de cada território existente em região. Um fato inegável é que hoje

o principal fator transformador do território são relações capitalistas, por isso pode-se afirmar que todos os homens são capazes de fazer e ter o poder transformador, lhe basta ter o capital.

O território aparece como palco onde o capitalismo internacional se prolifera, enquanto que o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais. Nesse mesmo palco ocorre uma apropriação da mais-valia, desvalorização dos recursos controlados pelo Estado e supervalorização dos recursos destinados às grandes empresas, principalmente nos países periféricos. (SANTOS, 1979)

Trazendo para uma divisão real pode-se ver uma maneira simplificada que os elementos que agem na transformação do território estão divididos em: homens, firmas e instituições (SANTOS, 2008 [1985]). Os homens, através do tempo e do desenvolvimento tecnológico, passaram a modificar o território mais rápido e drasticamente, e quanto mais houver diferença social em razão de ricos ou pobres, mais o território vai sofrer modificação na proporção que cada classe fizer de acordo com seus recursos, ou seja, podem ser construídas instituições pequenas e grandes, firmas pequenas e grandes, construção de pequenas e grandes casas, tudo vai depender o poder aquisitivo de cada indivíduo.

Pode-se fazer uma observação referente ao território quando nomeado como município, é um território em que vemos a presença em todo seu espaço, da ação do homem como modificador desse meio, é a porção do território onde se abrigam as atividades econômicas onde há, por exemplo, a presença de indústrias. Porém, a maior transformação do território acontece nos bairros, onde está situada e residem homens. No caso, nas casas, está assegurado e representado o território dessa pessoa, sendo esse o campo de ação e onde exerce o poder sobre seu território.

[..] o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si. (SOUZA, 2007, p. 97).

O corte do território nada mais é que uma apropriação do espaço, ficando determinada pelos poderes, seja em âmbito nacional ou estadual, sendo esse, o entendimento mais simples que se possa ter sobre território. Vale ressaltar que os territórios são construídos e desconstruídos por diversos motivos, seja por pessoas ou grupos de instituições. De uma maneira melhor compreensível, pode-se afirmar que os territórios são flexíveis. “As grandes metrópoles modernas, do “Primeiro” como do “Terceiro Mundos”, com toda sua

complexidade, parecem conter os exemplos mais interessantes e variados de tais “territorialidades flexíveis” (SOUZA, 2007, p. 87).

O território parte de um recorte espacial, palco da organização espacial de cada grupo social. Sendo assim, cada recorte ou fração do recorte pode corresponder ao Estado Nação e ter função em nível mundial. Para Santos (1985) ocorre uma interação: o território está contido no espaço e o espaço no território, tornando-se um movimento dialético, onde se realizam as atividades dos grupos sociais e recorte espacial.

Santos (1988) menciona que o território depende das especificidades técnicas existentes para o seu processo produtivo, de modo que a tecnificação é una. A aplicação da técnica é que pode variar em cada estágio de conhecimento. A produção tecnificada também ocorre de acordo com a lógica de mercado.

Esse pressuposto surge a partir do momento que se passa a existir os agentes produtivos, que no que lhe concerne, sempre estão se renovando e procurando se articular. Assim, a dinâmica produtiva com suas demandas e influência agem sob o território impactando todos os setores sociais, econômicos, políticos e culturais.

Os territórios evoluíram com o avançar do tempo e Milton Santos traz uma definição da configuração atual:

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1994, p. 16).

As proximidades entre territórios ocasionam o aparecimento dessa rede, onde os lugares próximos se divergem um do outro, com funcionalidades diferentes. Os lugares se distinguem, de acordo com suas inserções no processo de uso econômico do território e na divisão internacional de trabalho. Há diferentes usos do território e desenvolvimento desigual.

Pode-se definir lugar como um subespaço, sendo uma terceira totalidade, um subespaço do território.

Um subespaço é uma área contínua do acontecer homólogo ou complementar, do acontecer paralelo ou hierárquico. Em todos esses casos, trata-se de um acontecer solidário, que define um subespaço, região ou lugar. A noção aqui, de solidariedade, é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação ética ou emocional. Trata-se de chamar a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum, (SANTOS 2005 [1994], p. 158).

O lugar se torna palpável, controlado, mudado, valorizado, construído e destruído remotamente pelo mundo. Mas, esse mesmo lugar é também o espaço da existência, e onde existe uma ligação cultural e emocional.

Segundo Santos (1994) “Assim, o lugar é o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns”. A convivência entre os homens nos agrega diversos tipos de valores de diferentes naturezas. Esses valores que irão moldar cada recorte de lugar.

Pode ser considerado também o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade. O lar, por exemplo, expressa a relação de cada indivíduo com seu lugar. Todavia, o lar é mais amplo que o objeto – casa, existe uma relação com aquele recorte no território. Essa relação entre a percepção de lar, o objeto casa e como a casa aparece em nossa consciência, valores, bem-estar, segurança, significados, é o que se chama de princípio de intencionalidade.

O lugar nada mais é que o resultado de ações de diversos agentes e em todos os pontos da superfície. Desse modo, o lugar assegura a unidade de continuidade e descontinuidade, e isso possibilita a sua evolução no lugar, ou em cada lugar. O lugar é assim, uma porção da face da terra identificada por um nome, sendo esse, sua representatividade, pode ser representado por um grupo de objetos.

O lugar é utilizado como principal conceito na abordagem humanística, cujas bases metodológicas estão associadas à fenomenologia e ao existencialismo - também chamado de uma fenomenologia existencial, pelo diálogo estabelecido entre o homem e seu meio, através da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação (BUTTIMER, 1982).

O conceito de lugar é remetido à Geografia Humanista, onde se associa o lugar vivido, e isso é bem lógico, pois é a partir daí que se dá a construção do mundo, visto que no lugar estão presentes três aspectos que são: percepção, experiência e valores. O lugar seria o mundo vivido, habitar implica mais do que simplesmente morar ou organizar o espaço, significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza.

Segundo Revista e Formação (s.d.) “O lugar se estrutura na relação do “eu” com o “outro”, o palco da nossa história, em que se encontram as coisas, os outros e a nós mesmos. O corpo situa-se na transição do eu para o mundo, o ponto de vista do ser-no-mundo, sendo a condição necessária da existência humana. Tudo isso faz parte da relação do ser humano com o lugar e da criação do espaço cultural do lugar, a vivência mútua entre os seres os torna mais fortes e garantem a perpetuação da espécie.

Ao se sentir ligados a um lugar por diversas formas, para Buttner (1982), a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar. Mesmo diante das transformações no lugar para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem reforçam a identidade com o lugar.

O indivíduo pode residir numa casa por longo período, mas não criar vínculos com o lugar. O mesmo ocorre com aqueles indivíduos que mudam para outra cidade, mas guardam o sentimento de pertencimento com a anterior. A experiência necessita de tempo, mas ele não é o único elemento. A estabilidade, concebida como uma pausa no movimento, possibilita a convivência por um determinado tempo com o lugar. A identidade e a estabilidade seriam as características centrais dos lugares (HOLZER, 1997).

Não importa muito em que parte do território o ser humano vai fazer o seu lugar e sim se há ligação sentimental com cada tempo vivido nos diferentes lugares. O ser humano é sempre capaz de se adaptar a diferentes lugares, a depender dos recursos a ele disponível, e como ele vai usar a experiência adquirida.

Os lugares, assim como o território, são definidos e redefinidos pelo processo histórico, e dependendo dos resultados da ação humana, os lugares tem duração e extensão variáveis. Um lugar pode existir por um curto ou longo período de tempo. A Geografia nos dá a oportunidade de compreensão entre os diversos lugares, partindo das ações e movimentação do homem.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p. 107).

Para Santos (2007), os lugares também fazem parte da identidade de cada pessoa, e as diferenças de acessibilidade diferenciam o valor dos homens. Sabe-se que há lugares que se tem melhores serviços ou um melhor acesso à informação e o mesmo o preço.

Segundo Alcântara (2015) quanto mais distante ou menos frequente é a oferta de um bem, serviço ou informação, mais caro isso se torna. Assim, pode-se certamente dizer que

peessoas com as mesmas virtualidades podem ter valores diferentes, porque cada lugar oferece possibilidades diferentes. Se sabe que a acessibilidade as diversas categorias de serviços não é a mesma em todos os lugares e isso acaba encarecendo os serviços para os lugares mais distantes.

Atualmente, o ponto de criação do lugar de cada um fica relacionado com o acesso aos serviços que podem facilitar sua vivência ou dificultar sua vida. O lugar se relaciona com o tempo, frequência e preço. O tempo desperdiçado pode variar de pessoa para lugar dependendo também da distância, assim como a frequência em relação à oferta e preço dos serviços.

De modo geral, o lugar, em se tratando de recorte espacial do território é igual para todos, mas os homens dão valores diferentes para cada um deles. Isto acontece devido as desigualdades sociais, e sempre existirá, visto que o homem sempre irá impor valor sobre o lugar.

3.1 O espaço e a importância da proximidade espacial

Neste item abordar-se-á o conceito e a utilização de espaço geográfico relacionado à proximidade espacial. Biologia estuda os seres vivos, a Sociologia estuda as relações sociais, a Oceanografia estuda os oceanos e assim por diante. E, todas elas possuem seus respectivos arsenais metodológicos para alcançar seus resultados. Dito isto, também, a Geografia carece dessa definição de objeto e de método, sendo o espaço geográfico o objeto de estudo da geografia.

Milton Santos, em sua obra “A Natureza do Espaço”, de 1996, conseguiu um desenvolvimento para se compreender o conceito de espaço geográfico. Nesta obra, Santos fala sobre os elementos fixos e os fluxos como elaboração de hipóteses para chegar no conceito de espaço de geográfico.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam (SANTOS, 2008, pg. 61-62).

Os elementos fixos de forma simples representam a materialidade, o físico, que existem na superfície, sendo esses naturais como (florestas, rios, montanhas, etc.) da produção da convivência social (prédios, estradas, casas, etc.). Deste modo, os fixos são todos os materiais que podem ser usados pelo homem. Por outro lado, os fluxos, são as ações

imateriais que o homem produz, como exemplo (políticas públicas, prestação de serviços, ideias etc.). Os dois resultam na motivação em produzir e transformar. Todavia, um depende do outro, os fluxos se realizam por intermédio do fixo. Santos (2008, p. 62) lembra ainda que “foi assim em todos os tempos, todavia hoje os fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” Então o espaço geográfico seria esse conjunto de sistemas em que os fixos e os fluxos se inter-relacionam.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2008, p. 63).

Santos, em *Concepções de Geografia, Espaço e Território* de 2009, expõe os objetos e ações para que possam ser substituídos pelos fixos e fluxos. Os objetos representando o fixo, sendo tudo aquilo que é produzido pelo homem, resultando na transformação do espaço. E as ações representam às relações sociais, sendo esses os fluxos. Age como uma rede interdependente e superposta, onde uma simples mudança pode alterar todos os demais. Fica claro que, nesse sistema do espaço geográfico ações e objetos não nos apresentados juntos, um é a realização do outro. O espaço geográfico nos permite ter uma compreensão sobre a realidade socioespacial como um sistema de ações entre objeto e materialidade, e entender essa interação nos permite entender o resultado dessa interação.

Segundo Santos (2008, p. 72) “os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos.” E isso é simples de se entender, uma vez que a geografia está relacionada ao espaço, esse espaço engloba todos os aspectos terrestres.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (SANTOS, 2008, pp. 72-73).

Vale enfatizar que, não cabe ao geógrafo, estabelecer a seleção dos objetos, mas sim considerá-lo numa extensão de todo, e não isoladamente. Os objetos funcionam de acordo com sua existência. Ressaltando que os objetos também fazem parte de outras disciplinas, sendo assim, cada uma analisa o objeto conforme com a sua perspectiva. A geografia, no caso, considera o todo de um estudo em toda a sua totalidade de espaço geográfico.

A partir da compreensão do espaço geográfico será analisada a relação proximidade espacial. A localização deve ser observada quando se fala em instalação para qualquer categoria de prestação de serviço, desde a etapa do planejamento até a execução, Santos diz que:

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar (SANTOS, 2007, p.141).

Os objetos do fluxo e do fixo são ações que precisam ser planejadas, visto que, as pessoas são alvos dessa proximidade espacial. Os serviços devem estar em conformidade, em relação à distância. Toda a categoria de serviço tem caráter distributivo, dessa maneira, os serviços de cunho social têm que apresentar melhor dispersão que o econômico, e devem estar onde a sociedade necessitar. Por esse motivo, é importante que antes do planejamento aja um estudo da região, para que os serviços estejam em proximidade com as pessoas, nesse ponto seria importante a presença de um geógrafo.

Nessa construção de prestações de serviços de órgãos públicos, sem dúvida, os serviços de acesso à segurança pública se fazem essenciais, entre muitos outros que também fazem parte da construção do espaço com a proximidade as pessoas.

Entretanto, embora haja em sua concepção filosófica a necessidade da “universalização de vantagens e seguranças”, os serviços de interesse social não têm alcançado tal objetivo. Um primeiro esclarecimento reside no fato de que não devemos confundir serviços de interesse social com serviços públicos. (ALCÂNTARA, 2010, p.38).

Na sociedade, temos divididos vários serviços sociais no espaço, serviços como saúde, educação e segurança, mas nem todos estão em proximidade com a sociedade e acessíveis às pessoas, e ainda esbarram com a concorrência privada e seus interesses de cunho capital. O que se pode observar é que os serviços sociais prestados pelo Estado são mal executados e as pessoas não têm condições de pagar um serviço privado. Em relação à

proximidade espacial, os serviços têm que ter bem planejados, bem estruturados, bem localizado e que seja de qualidade.

Em se tratando de segurança pública o Estado tem o dever de preparar e cuidar para que este serviço esteja em um ponto estratégico do território, para que alcance o maior número de pessoas em um determinado território, onde o fixo possa estar em um ponto que possa abranger uma maior área possível, para que fluxos possam agir. Corrêa (2007) ao tratar de práticas espaciais, desenvolve os fundamentos da prática, em particular, a noção de seletividade espacial.

As práticas espaciais e suas proximidades são ações presentes no conceito de espaço geográfico, tal como nos apresentou Santos (2008). Dado que essas práticas são as ações desenvolvidas pelo homem e como ele age sobre o espaço. Segundo Corrêa, as práticas espaciais resultam de dois fatores: da consciência que o homem tem da diferenciação do espaço e dos diversos projetos para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade.

Se as práticas espaciais resultam da consciência da diferenciação espacial, de outro lado são ingredientes através dos quais a diferenciação é valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita ou permanece em sua essência por um período mais ou menos longo (CORRÊA, 2007, p. 35).

Corrêa passa uma ideia de que o ser humano é espacialmente seletivo quando ele pode exercer essa seleção, sendo baseada nos recursos que cada localização no espaço possa nos oferecer, um lugar que seja próximo dos objetos fixos ou não, conforme o seu querer, necessidade e uso de técnicas.

3.2 A análise do território enquanto ferramenta estatal

O território constitui-se como o lugar em que se materializam todas as ações, poderes, fraquezas, forças, paixões, enfim o contexto espacial em que a história do homem se realiza a partir das manifestações de sua existência, o que traz a Geografia como a disciplina capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2006).

No território é onde se constrói toda uma história, onde o ser humano estabelece o seu lugar e seus laços, onde se materializa o sentimento, está ligado às relações sociais ou culturais em sentido amplo, que vai desde sua divisão até a reprodução da vida cotidiana, influenciando a relação entre as pessoas, e estas no que lhe concerne, influenciam o espaço ao seu redor. De tal modo, o território está em constante mutação, seja essa mutação exercida por aqueles que detém o poder ou o simples viver da humanidade.

Essa dinamicidade ocorre quanto vertical como horizontalmente, ou seja, ocorre naturalmente ou com a ação do homem no meio através de sua circulação e produção, uma relação entre processos sociais e espaço material. O pensamento de Souza (1995), ao afirmar que território se torna quase que sinônimo de espaço social, entendendo-se que a forma é importante, mas não é suficiente para o prisma do olhar geográfico, fazendo-se necessário perceber o conteúdo impresso nas formas espaciais contidas no território. Deve-se frisar que ordenamento territorial difere de estrutura espacial, o arranjo do espaço pode ser concebido como um complexo de territorialidades.

Ao analisar o conteúdo dos territórios e sua relação com a historicidade e a temporalidade dos espaços e das relações humanas compreende-se o porquê de os territórios serem móveis ou mutáveis (SOUZA, 1995). Um dos motivos desta mutabilidade é o poder econômico, sendo o dinheiro um dos principais responsáveis pelos fluxos que aumentam cada vez mais, isso faz com que seja exigido uma regulamentação no território. Logo, levanta-se “a necessidade de Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia de trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência” (SANTOS, 2006, p. 16). O Estado vai regular as construções no território, o estado é quem influencia em todas as formas de organização espacial.

O Estado age na organização espacial através das regulações e o estabelecimento de infraestrutura, visando o atendimento à população e a sua satisfação e isso inclui também a questão da segurança, prevista na constituição, onde o estado também tem o dever de criar meios para reprodução/produção do capital. O dever do Estado vai bem além de apenas delimitador de um território, cabe-lhe o planejamento e execução de políticas públicas, visando atender as necessidades da população. O Estado tem o poder de tomar decisões, porém, essas decisões devem ser baseadas na vontade do povo, o Estado como servidor público deve amparar na medida do possível de forma responsável as vontades da população, ou seja, fazendo-a sentir-se como coparticipe do processo.

Deve-se apontar, nessa pesquisa, o que cabe ao Estado. O Estado, entendido como a nação politicamente organizada, representa o povo, o território, o governo, os objetivos nacionais e a soberania. Ele é o poder público em sentido amplo, formado por um conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, de forma soberana e de modo impessoal, estável e permanente

O Estado tem o dever de dividir as tarefas para que as ações no território sejam feitas de formas planejadas e alguns sujeitos precisam ser identificados com seus papéis dentro das políticas públicas, sendo eles: os grupos de pressão, movimentos sociais, partidos políticos,

administradores e burocratas, técnicos, planejadores e avaliadores, judiciário e a mídia. A geografia, como ciência que estuda o espaço geográfico, também está intrínseca nessas políticas e pode dar sua contribuição ao Estado para o estudo do território. O estudo do território é essencial para o Estado, visando que ele fica responsável pelas instalações de objetos fixos que possam servir a população, sendo esses: hospitais, escolas, e uma variedade de órgãos que atendam à necessidade dos civis.

Território e Estado estão ligados de uma maneira indissociável, uso do poder e gerenciamento exercidos pelo Estado, uma mistura geopolítica, onde o Estado delimita até onde vai seu poder e como ela é feita. Com a organização das formas de ação da segurança pública, não é diferente.

3.3 Lugar e valor do indivíduo

Santos (2005) define lugar como um subespaço, sendo uma terceira totalidade, um subespaço do território. Lugar é uma subdivisão de território que, por sua vez, é uma subdivisão de espaço, onde os três estão inter-relacionados fazendo com que aconteça a dinâmica da vida.

O lugar é utilizado como principal conceito na abordagem humanística, cujas bases metodológicas estão associadas à fenomenologia e ao existencialismo - também chamado de uma fenomenologia existencial, pelo diálogo estabelecido entre o homem e seu meio, através da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação (BUTTIMER, 1982).

Para que possa a ver o lugar, é preciso ser feito um recorte do território por alguém, e naquele recorte tem que a ver uma criação, construção, divisão ou algo relacionado. Lugar é onde tudo acontece, onde se observa a constante transformação do espaço, sendo ela temporária ou eterna. Onde o homem compartilha experiência, cultura, sabedoria emoções e onde ele encontra e tem valor representativo.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2007, p. 107).

Santos traz uma importante constatação ao levantar que o homem é visto e reconhecido na sociedade por aquilo que faz e pelo lugar onde está. O seu valor pode estar relacionado a seu grau de estudo ou lugar em que estudou. Pode também estar relacionado ao local onde mora, virtudes, família. A sociedade é quem se encarrega de intitular o valor a si mesma e determina as diferenças entre si.

Acessibilidade que, por sua vez, pode ser apreendida pelo tempo, pela frequência e pelo preço. Ora, existem lugares nos quais não existem determinados bens, serviços ou informação, sendo a maior ou menor acessibilidade medida de acordo com o tempo ou a frequência com que se pode obtê-los. Pode ser que tenhamos de ir em busca de algo ou pode ser ele que a coisa venha até nós. (ALCÂNTARA, 2015, p.34).

As diferenças no valor do homem podem se dar também pela acessibilidade. O valor do indivíduo se relaciona com que ele tem ao seu dispor, ao seu redor. Os lugares se diferenciam por diferentes meios, seja natural ou modificada pelo homem. Há lugares que se tem serviços com melhor acessibilidade com o tempo ininterrupto, enquanto existem lugares com escassez de serviços e informações, isso acaba agregando valor positivo ou negativo a esses ambientes.

Para Alcântara (2015, p.35), “a existência em um dado lugar de um bem, serviço ou informação específicos pode significar para muitos indivíduos a diferença entre a vida e a morte. Esse é, principalmente, o caso dos mais pobres.” A acessibilidade pode estar presente de diferentes formas na esfera social. Aqueles que estão bem localizados e tem mais recursos estão mais perto dos serviços e bens que podem ser oferecidos, podem estar mais perto das facilidades e informações. O mais pobre, que tem valor menor perante a sociedade, esses ficam muitas das vezes mais distantes dos serviços, tendo que enfrentar o tempo e a distância. O tempo e a distância tornam a acessibilidade aos serviços mais caro para os pobres.

Para Tuan (1983), o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores, o autor relaciona a percepção ao processo histórico de como surgem os lugares. O ser humano supervaloriza o lugar onde vive, isso porque ele tem um sentimento de pertencimento, além de outras percepções que o relacionam ao lugar. Dentre estes fatores, cita-se o tempo em que se vive num determinado lugar, as relações sociais e econômicas, as características daquele lugar, como paisagem, história e a comparação com outros lugares.

Então afirma-se que a percepção tem relação com o local onde o ser humano vive, com os elementos sociais e ambientais. Ainda segundo Tuan (1983), experiência é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua

essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.

O que se pode notar na evolução histórica é que grande parte dela está escrita e guardada em livros, é uma experiência adquirida e repassada através do tempo. Essa experiência sempre estará disponível, ela traz conhecimento sobre muitos lugares diferentes. Contudo, o que representa muito bem a experiência com o lugar é o laço sentimental. O ser humano sente afeto pelo lugar, isso se deve a muitas razões, o simples fato de ter crescido naquele local, convivido com as outras pessoas naquela cidade, agrega muito valor sentimental do ser humano com aquele ambiente.

Todos esses pontos levantados por Tuan se unem em uma única palavra que é “valor”, o ser humano tem vários motivos para atribuir valor à um local, seja por experiência, contexto histórico, localização, acessibilidade, distanciamento, sentimental. O valor é nos mostrado e experimentado dessa forma, e isso está em conjunto com a convivência social.

Lugar e indivíduo podem estar relacionados com a segurança pública, como já mencionado, um lugar pode ser valorizado de acordo com os instrumentos de acessibilidade, prédios de órgãos públicos e a proximidade deles, obter terreno, construir, morar e/ou ter acesso, há um órgão de segurança, com a ideia de segurança, certamente influenciará na relação de lugar e indivíduo, isso agrega um aumento no valor de lugar e indivíduo. Vale ressaltar que o lugar pode obter uma alta valorização por si só, atraindo órgãos e prédios para o seu redor.

4 O ESTADO E SEGURANÇA

4.1 Evolução da questão da segurança pública no Brasil

Ao tratar-se de segurança pública é importante observar como ela é endossada no Brasil. Diante disso, se faz necessário discutir sobre políticas públicas e os órgãos responsáveis, envolvendo educação, aquele quem detém o dever de assegurar esse direito do cidadão, ou seja, o Estado.

A segurança pública é desempenhada por vários órgãos que são independentes e, em simultâneo, dependem um dos outros. Sabe-se que o corpo da segurança pública é formado pelas polícias, sendo a federal, a rodoviária federal, a ferroviária federal, a polícia civil, a polícia militar e o bombeiro militar, sendo esses a sofrerem ações e correções por órgãos superiores como o **STJ** e **STF** e podendo, também, serem assistidos pelo ministério público. Apesar de existirem outros órgãos de esfera municipal capazes de exercer essa tarefa. Sendo assim, será abordado um pouco da história das polícias.

No que se trata do conceito de polícia Sousa e Morais (2011) afirmam que: “Polícia é, então, a organização administrativa (vale dizer da polis, da civita, do Estado = sociedade politicamente organizada) que tem por atribuição impor limitações a liberdade (individual ou coletivo) na exata (mais, será abuso) medida necessária à salvaguarda e manutenção da Ordem Pública. A polícia é um órgão de administração que é administrada por si só e pelo Estado, sendo esse o responsável direto pelas suas ações.

Não se sabe à data em que exatamente foi criada a primeira guarda no solo brasileiro, mas o governador português teve um papel importante ao desembarcar com sua guarda em território brasileiro.

As primeiras policiais foram criadas antes mesmo da independência do Brasil. Foi nesse período que surgiram as duas principais instituições policiais que se conhecem hoje no Estado: a Polícia Civil e a Polícia Militar. Esse processo de criação das forças policiais foi condicionado pelas disputas políticas entre o poder central e as lideranças locais, bem como pela realidade social e econômica da época marcada por uma sociedade conservadora de base escravista (SOUSA e MORAES, 2011, n.p.).

Antes da independência brasileira, já existiam às duas principais instituições de segurança do país. Nesse período, além de investigar os crimes e serem responsáveis pela prisão de infratores, eram dados a elas poderes de julgarem pequenos delitos e aplicar as punições. Além disso, as policias também cuidavam de escravos fugitivos.

Outra instituição criada no século XIX foi a Guarda Real de Polícia, que posteriormente deu origem às Polícias Militares do Brasil. Criada em 1809 e organizada militarmente, a Guarda Real possuía amplos poderes para manter a

ordem. Era subordinada ao Intendente-geral de Polícia e não possuía orçamento próprio. Seus recursos financeiros vinham de taxas públicas, empréstimos privados e subvenções de comerciantes locais. Seus métodos espelhavam a violência e a brutalidade da vida nas ruas e da sociedade em geral, segundo (SOUSA e MORAES, 2011, n.p.).

Datada de 1809 temos a criação da guarda real, sendo essa a polícia existente da época. Ela detinha muitos poderes e, conforme citação, eram subordinados da Guarda Real, sendo que já nesse período os recursos financeiros eram oriundos de taxas aplicadas à sociedade. Vale destacar a coerção através da violência nas ruas. Devido algumas crises da época, a guarda real foi desfeita por volta do século XIX, dando espaço para o surgimento das Guardas Municipais.

Sousa e Morais (2011) dizem que a Proclamação da República, em 1889, inaugurou uma ordem política e houve a reorganização do aparato repressivo estatal. Embora o advento da República não tenha significado uma alteração fundamental na composição da classe dominante, a nova ordem política modificou, consideravelmente, as relações entre as diferentes elites políticas e também alterou as relações entre as classes dominantes e subalternas. A abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais.

A abolição da escravatura causou mudanças na organização das forças de segurança, visto que, também eram encarregados de monitorar os escravos e, a partir de agora, teriam que mudar seus conceitos ao tratar das classes sociais da época. Na análise feita por Sousa e Moraes é mencionado que após a escravatura as forças policiais receberam a tarefa de controlar a população rural que estava migrando em grande número para os centros urbanos.

Sousa e Morais (2011) pontuam que novos instrumentos e mecanismos de controle social precisaram ser desenvolvidos. Sob forte influência do direito positivo o Código Penal foi reformado em 1890. Dado que a ênfase deveria recair sobre o criminoso e não sobre o ato criminal o novo código passou a dar maior importância às práticas comuns das ditas classes perigosas como vadiagem, prostituição, embriaguez e capoeira. A ideia era permitir um melhor controle dos grupos perigosos, enquanto que seus hábitos passaram a ser considerados crime.

Com uma nova classe social inserida na sociedade houve um aumento nos delitos e também novas modalidades de crimes cometidas pela “classe perigosa”, como eram intitulados, visto que seriam pessoas que mesmo sendo libertas da escravidão ainda

demorariam para se libertarem da exploração e preconceito. O fato de não serem mais escravos dificultava a inserção daqueles classificados como pertencendo à classe perigosa, só lhes restando uma vida com alta tendência criminosa.

O período de 1930 até meados de 1945 é um marco na história do Brasil. Hoje ainda nos deparemos com menções a esta época, alguns defendem a política adotada neste período e outras condenam, são muitos os pontos de vistas. A polícia teve que passar por mais uma transformação, muitos foram exonerados de seus cargos e substituídos por pessoas de confiança do governo.

Em 1934, foi implementada uma ampla reforma na estrutura da Polícia – Decreto nº 24.531, de 2 de junho de 1934. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, ampliou-se o poder do Chefe de Polícia e se expandiu a estrutura policial. Como resultado dessas reformas a chefia de Polícia suplantou a estrutura do Ministério da Justiça e exerceu poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais, conforme (SOUSA e MORAIS, 2011, n.p).

O decreto de 1934 trouxe importantes divisões de tarefas nas polícias. O serviço de polícia do Distrito Federal ficou subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que ficou dirigido por um Chefe de Polícia. A polícia é judiciária e administrativa ou preventiva, ambas exercidas pelas autoridades policiais nos limites de suas respectivas atribuições. À polícia administrativa ou preventiva ficou incumbida a vigilância, proteger a sociedade, manter a ordem e tranquilidade públicas; assegurar os direitos individuais e auxiliar a execução dos atos e decisões da Justiça e da administração. À polícia judiciária ficou compreendida os atos necessários ao pleno exercício da ação repressiva dos juízes e tribunais. Essas foram apenas algumas das mudanças que se estabeleceram com o decreto.

O então presidente Vargas exercia uma pressão utilizando de três forças: a polícia política, legislação penal sobre crimes políticos e Tribunal de Segurança Nacional. A polícia civil controlava as ações dos estados enquanto o exército fornecia equipamento às policias. Esse fornecimento de utensílios pelo exército brasileiro acarretou no sucateamento das PMs e isso ficou como herança até os dias atuais.

Nesse período também foi utilizado de materiais do exército contra os opositores de Vargas, onde a relatos do uso de repressão, violência e até tortura. As forças armadas, nessa ocasião, não ficaram responsáveis apenas por fornecer materiais, mas também foram pontuais exercendo repressão.

Em 1985, com o fim a Ditadura Militar, passou-se a respirar uma expectativa de dias melhores. Em 1987 foi instaurada a Assembleia Nacional Constituinte que culminou com a

Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual trouxe inovações importantes na área da Segurança Pública se comparada ao padrão tradicional de Segurança Pública incorporado à Segurança Nacional da época de exceção (SOUSA; MORAIS, 2011).

As inovações foram bem significativas quando a polícia passou a exercer o poder em forma de prevenção. Conforme se pode vislumbrar pela redação do Artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2010) “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”. O Estado ficando como responsável pelas polícias.

“O Brasil, como muitos outros países da região, vive um cenário de crise na segurança pública, com altas taxas de incidência criminal, que cresceram de forma significativa ao longo dos anos 80 e 90. Até os anos 70, o crime era concebido basicamente como um problema de polícia; a esquerda esperava, como em outros países, que o fim da ditadura e a democratização, de alguma forma resolveriam a questão” (CANO, 2006, p.137).

Tendo em vista alguns relatos da época pode-se identificar que a questão da segurança pública era condicionada para o lado político, onde o lado político intitulado como “esquerda” esperava que com o período da ditadura o grupo político intitulado de “direita”, que em teoria seria o lado que trataria da segurança pública no país, com isso, o lado oposto não tinha em seus planos nenhuma contrapartida referente a esse tema. Isso seria um erro, já que segurança pública, como ela mesma se intitula, é um órgão de caráter social.

A ideia de uma segurança pública mais democrática, com maior atenção à prevenção, o surgimento de novos atores, a noção de polícia comunitária ou, simplesmente, de uma polícia que compatibilizasse eficiência com respeito aos direitos humanos são sintomas do novo período de debate e efervescência. (CANO, 2006. p.138)

A segurança pública de um dado ponto, muito devido ao aumento da criminalidade, trouxe a pauta para o âmbito social, pois para ser social ela precisou passar por mudanças, renovações e ficou mais democrática. A partir deste ponto que surgiu a polícia comunitária, uma instituição mais afinca com os direitos humanos, cujo o objetivo era atuar na prevenção.

Os países têm diferentes responsáveis pela segurança pública, sendo que no Brasil fica à competência dos Estados. O Estado mantém a Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militar, cada uma limitada no que está no seu dever. No caso da Polícia Militar, agindo com presença ostensiva, prevenção e preservação da ordem pública.

O Art. 144 da Constituição traz que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade

das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia federal, Polícia rodoviária federal, Polícia ferroviária federal, Polícias civis, Polícias militares e Corpo de bombeiros militares (BRASIL, 1988). É lícito apontar as responsabilidades de cada órgão, começando pela Polícia Federal, tendo o dever de vigiar as fronteiras, alfândegas e crimes federais, ou seja, é a Polícia Militar que faz o patrulhamento ostensivo uniformizado. Por sua vez a Polícia Civil é a responsável pelas investigações. Já a Polícia ferroviária federal faz à segurança das rodovias, Bombeiros Militares que combatem incêndios, buscas, salvamentos, entre outros. Como se percebe, existe uma divisão de tarefas e responsabilidades, porém, isso não é suficiente, é preciso uso de políticas mais sérias, e amparo melhor para esses órgãos, condições de trabalho dignos e de responsabilidade.

São os estados os atores principais na área de segurança pública. Cada qual conta com uma Polícia Militar, uma força uniformizada, cuja tarefa é o patrulhamento ostensivo e a manutenção da ordem, e com uma Polícia Civil que tem como missão: investigar os crimes cometidos. Dessa forma, nenhuma das duas polícias executa o chamado “ciclo completo” de segurança pública que vai da prevenção à repressão, o que suscita problemas de duplicidade e rivalidade entre ambas (CANO, 2006, p.140).

Cada estado é responsável por seus agentes de segurança ficando com o dever de mantê-los estruturados, equipados e atualizados, para que as forças policiais exerçam seu trabalho da melhor forma possível. A ação conjunta das polícias militar e civil não é como o esperado, pois como o autor citou, o ciclo completo dos casos não é finalizado, isso acontece devido á rivalidade que se acendeu entre as duas instituições e boa parte da culpa por essa rivalidade existir é ocasionada pelo estado muito pela falta de assistência do governo com as duas instituições.

O que acontece é que a polícia civil por sempre ter um número defasado de policias fica prejudicada na realização de seus deveres. Em razão disso a sociedade sente essa falta e a polícia militar, por sua vez, que está nas ruas, vê o que se passa na sociedade, e no cotidiano tenta encontrar soluções de situações que não estão previstas em lei para a instituição militar, muitas vezes fazendo o papel de polícia civil, entre várias outras situações existentes.

É incomum nos depararmos com algum tipo de plano, estratégia, ou algo vindo do governo. É muito difícil trabalhar, preventivamente, sem qualquer forma de organização, geralmente os planos de ação são feitos pelas próprias instituições de segurança e nos casos em que há uma comoção maior ou que a imprensa esteja monitorando, é que vemos o governo tomar alguma iniciativa. Frisem-se os casos de repercussão nacional esses mesmos que com a

perda da visibilidade com o passar do tempo o governo diminui o seu foco de ação, ou seja, o governo só aparece em ocasiões oportunas ou por motivos políticos.

Em seu trabalho Cano (2006), destaca inúmeras deficiências na área da segurança pública, destacando: falta de investimento suficiente, o que se traduz, entre outras coisas, por baixos salários para os escalões inferiores das polícias. Esses salários obrigam os agentes a trabalharem em outros empregos, os chamados (bicos), geralmente em segurança privada, comércios, lanchonetes, gerando altos níveis de estresse, isso acaba ocasionando algumas doenças.

Além dessas deficiências, temos também: formação deficiente dos agentes policiais, sobretudo, nos níveis hierárquicos inferiores. Sabe-se que o nível de formação interfere na qualidade de agentes de segurança nas ruas, essa prática acaba voltando-se contra o próprio estado. Há também uma herança autoritária, a polícia era um órgão de proteção do Estado e das elites que o dirigiam contra os cidadãos que representavam um perigo para o Estado, as chamadas “classes perigosas”. Houve uma evolução no modelo de uma polícia de controle do cidadão para uma polícia de proteção das pessoas. O Estado brasileiro conserva resquícios de sua formação oligárquica, como a prisão especial para as pessoas com formação universitária;

Cano (2006 p.141) cita também a “insistência no modelo da guerra como metáfora e como referência para as operações de segurança pública”. Desse modo, o objetivo continua sendo, em muitos casos, o aniquilamento do “inimigo”, frequentemente, sem reparar nos custos sociais. O problema de segurança pública aparece, às vezes, como uma questão de calibre, como um nó que será desatado quando a capacidade ofensiva das polícias supere a do inimigo. Em consequência, a segurança pública se apresenta fortemente militarizada em suas estruturas, doutrinas, formação, estratégia e táticas. As operações de segurança pública em áreas pobres se assemelham a operações de guerra em território inimigo: ocupação, blitz etc. (CANO, 2006, p. 141).

Muita coisa já mudou na instituição Polícia Militar com a facilidade do acesso a faculdades os agentes têm uma visão bem diferente dos militares de antigamente, ou seja, a instituição está mudando de dentro para fora. O medo de punições por parte da justiça fez com que ações mais bruscas e violentas diminuíssem bastante. Apesar disso, ainda existem muitos costumes ruins de ação policial. Em se tratando das operações de guerra em localidades onde existe uma aglomeração de pessoas mais humildes são ações planejadas pelos superiores e pelo governo, uma dura realidade para os brasileiros. Os direitos humanos se tornaram mais presentes na vida da população e isso também contribuiu para uma diminuição da repressão dos agentes de segurança.

As relações conflituosas dos agentes de segurança com as comunidades mais pobres, onde o crime organizado domina, leva as pessoas e destacando os mais jovens que vivem nesses lugares a olhar a polícia como inimiga e, em contrapartida, uma parte da polícia tem esta mesma visão. As pesquisas mostram que existem muitas comunidades onde os moradores têm mais medo da polícia que dos traficantes de drogas, visto que esses traficantes fazem a “segurança” dessas áreas.

Os casos de policias que se tornam corruptos vêm se tornando comum e aumentam cada vez mais e podem ser caracterizados como algo desde pequenos subornos para não aplicação de multas de trânsito até proteção a traficantes. Assim, a desvalorização do agente de segurança, por parte do Estado, ligado há uma má remuneração, escalas exaustivas de serviço e perseguições dentro da instituição podem ser considerados motivos concretos para a elevada taxa de corrupção no meio policial.

Para tentar aproximar a polícia da comunidade houve a criação da polícia comunitária, tendo como objetivo a aproximação da instituição com a população, estreitando os laços com o intuito de reduzir o medo da população em relação a polícia. Essa iniciativa não deu muito resultado em se tratando de números na taxa de criminalidade, mas mudou até certo ponto a relação entre sociedade e os agentes de segurança.

Cano (2006) cita a criação de Ouvidorias de Polícia em vários estados. As Ouvidorias têm como missão receber denúncias de abusos cometidos por policiais, garantindo o anonimato do denunciante, se for necessário. As denúncias são encaminhadas às Corregedorias (Departamentos de Assuntos Internos) para serem investigadas e a Ouvidoria acompanha esta investigação. A instituição publica um relatório periódico sobre as denúncias recebidas e funciona como elemento de mobilização e conscientização sobre o assunto. No entanto, a falta de comunicação posterior com os denunciantes e a baixa proporção de casos que resultam em punição para os acusados provocam um considerável grau de insatisfação entre os denunciantes.

Técnicas da ciência geográfica, como as de georreferenciamento, são usadas para mapear áreas com constantes taxas de criminalidade, é uma ferramenta que se usada corretamente pode ajudar na ação preventiva.

O programa GPAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais) foi aplicado pela primeira vez na favela Pavão-Pavãozinho-Cantagalo em 2000 e, posteriormente, estendido a outras três comunidades pobres da cidade. Substituindo a estratégia tradicional de invasões periódicas com tiroteios, a polícia permanece na comunidade de forma estável, tenta desenvolver uma relação de proximidade com os habitantes locais e prioriza em sua atividade a redução de incidentes armados, não a luta contra o crime em geral. Além disso, a polícia se esforça para ajudar a comunidade a ser

incluída em programas sociais, especialmente para a juventude, que possam contribuir à prevenção da violência. Trata-se de uma iniciativa de redução de danos, parcialmente inspirada na experiência Cease Fire de Boston. Seus resultados mostraram que, respeitadas certas condições, é possível reduzir os tiroteios e a insegurança nas comunidades afetadas. Apesar disso, a experiência não foi considerada um novo modelo de polícia para comunidades marginais, mas apenas um caso especial (CANO, 2006, p. 143).

Muitos trabalhos são realizados nas comunidades, sendo que alguns têm mais sucesso em se tratando de números do que outros. Poucos desses trabalhos são de efeito permanente, pelo contrário, são iniciativas de caráter experimental. O governo não consegue manter os bons programas de combate ao crime, são inúmeras as razões, desde a falta de recurso financeiro, até a falta de agentes nos quadros da polícia, entre outras.

Uma iniciativa que é de suma importância são os avanços no tratamento da informação policial, através da informatização, racionalização e arquivo de denúncias e dados de inteligência. Segundo Cano (2006), nas polícias civis da grande maioria dos estados a falta de um sistema eficiente de informações e de um programa informatizado e centralizado para coleta de denúncias limita a circulação da informação. Os dados de inteligência, por exemplo, costumam “pertencer” ao policial que os obtém e, ao mudar de distrito, leva consigo as informações.

No caso do estado do Rio de Janeiro, o programa Delegacia Legal, implantado no final dos anos 90 pelo governo do estado, modificou substancialmente o modo de operação dos policiais. Além de melhora na infraestrutura e nas instalações como a construção de delegacias modernas, com aspecto de escritórios e com espaços abertos que dificultam, por exemplo, locais fechados onde poderiam acontecer abusos e torturas, e além da supressão da carceragem no interior das delegacias, a iniciativa se propôs a alterar o trabalho cotidiano de investigação para torná-lo mais eficiente (CANO, 2006).

A atenção inicial aos denunciadores passou a ser dada por bolsistas universitários, melhorando o tratamento recebido pela população, e liberando, supostamente, os policiais para que se concentrassem em sua missão investigadora. As denúncias passaram a ser registradas no sistema informático centralizado, o que trouxe várias vantagens consideráveis. A informação circula com maior rapidez e pode ser acessada, instantaneamente, facilitando a produção dos dados criminais.

Os agentes não podem eliminar um registro depois de criado. Antes, a possibilidade de eliminação facilitava a corrupção. Quando um agente é transferido para outra unidade toda a informação permanece na unidade de origem. O sistema integrado facilita, enormemente, a

fiscalização do Departamento de Assuntos Internos que tem acesso aos registros em tempo real sobre a qualidade do trabalho de cada policial. (CANO,2006).

Essa conduta somada ao fato de que o sistema informatizado não funciona se as informações não forem cadastradas de forma correta, melhorou substancialmente a qualidade dos dados processados. As resistências institucionais e a dificuldade de alterar algumas rotinas negativas, como os turnos de trabalho de 24 horas limitaram o impacto do projeto, mas não resta dúvida de que a introdução do projeto foi um divisor de águas, quando se analisa o desempenho da Polícia Civil fluminense. (CANO, 2006).

O armazenamento de informações obtidas no dia-a-dia pelos agentes é importante para uma boa realização do trabalho, por este motivo, a polícia militar tem um setor que cuida de armazena essas informações, mesmo isso não sendo dever da instituição. Há muitas pessoas dispostas para ajudar a sociedade, independentemente, do órgão em que trabalha, porém, as leis atam as mãos daqueles que fazem além do previsto. Hoje deve-se ter cuidado com as informações armazenadas devido a lei de abuso de autoridade.

Existem tentativas de integrar a atuação das polícias militar e civil. A separação entre ambas está estabelecida na Constituição de 1988, razão pela qual não é possível, por enquanto, uni-las. Em função disso, alguns estados tomaram medidas para integrar, na prática, o trabalho das duas corporações. O estado do Pará, por exemplo, criou uma academia conjunta para as duas polícias sem, no entanto, unificá-las, de forma que a convivência entre elas pudesse desde o princípio da formação ajudar a superar desconfiças e divergências. (CANO, 2006).

A união entre polícia civil e polícia militar seria algo de muito impacto na prevenção e resoluções de crimes, visto que, às duas se completam. Já houve tratativas de unificarem às duas e tornando em apenas um único órgão, mas as diferenças de exigências em relação ao nível estudantil para engrajar em ambas é um do empecilho, visto que isso reflete na remuneração, além de outras vantagens que o policial civil tem sobre o militar. O estado teria que elaborar estratégias para que ocorresse, mas os custos são um dos fatores que fazem essa iniciativa ser aplicada em apenas alguns estados.

Em relação ao efetivo policial que cada Estado deve ter não há estudos que auxiliem a esse respeito. Ressalta-se que um país que tem um estudo para definir essa questão é os Estados Unidos, estudo esse copiado por alguns estados brasileiros, de onde alguns têm como base.

Conforto (1998) explica que tal sistema é originário de profunda análise estatística e científica por técnicos americanos, que chegaram a um consenso de que o efetivo necessário

para o sistema policial local, varia de 1,5 (um e meio) a 2,5 (dois e meio) policiais para cada 1000 (mil) habitantes tanto na área urbana como na área rural.

Para se chegar nesse cálculo é preciso averiguar os fatores criminológicos que podem aumentar ou diminuir dependendo do local ou na relação da criminalidade que pode interferir na relação do estudo.

Conforto (1998) aponta os seguintes fatores criminológicos que implicam a ampliação ou redução de efetivos nas localidades portuária, de fronteira, de jogos e diversões, de população flutuante e de baixa renda per capita:

- As localidades portuárias são os aglomerados humanos localizados às margens dos oceanos, mares, rios ou lagos e que possuem portos ou atracadouros de embarcações. Face ao movimento de pessoas, chegada e saída de embarcações, muitas vezes, com prolongada permanência dos tripulantes e viajantes, aliados ao choque de culturas provoca-se o aumento de criminalidade;
- As localidades de fronteira determinam um permanente contato entre dois ou mais povos com culturas e hábitos diferentes, além de interesses diversos que também provocam um aumento de criminalidade;
- As localidades de população flutuante se caracterizam por suas peculiaridades, fazendo atrair por razões industriais, culturais, comerciais, profissionais ou outros motivos, considerável movimento permanente de pessoas estranhas àquela comunidade, com permanência efêmera, mas com instalações periódicas e renovadas de contingentes humanos que contribuem para o aumento da criminalidade;
- As localidades de jogos e diversões são, normalmente, área de centro turístico, onde as diversões são contínuas e de grande extensão, principalmente noturnas. Nestes locais existe um fluxo grande de pessoas das mais diversificadas culturas e interesses;
- As localidades de baixa renda per capita determinam também um aumento de criminalidade, pois os mais pobres, provocados pelo desnível social, são levados à inveja e à revolta, conduzindo os mais fracos à delinquência (CONFORTO, 1998, p. 42).

Esses fatores são levados em consideração para que haja aumento ou diminuição do efetivo policial:

Uma fração correspondente a 0,2 (dois décimos) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem um fator criminológico, 0,4 (quatro décimos) policial por 1.000 (mil) habitantes, quando a localidade tem dois fatores criminológicos, e assim sucessivamente até o acréscimo, de (um) policial por 1.000 (mil) habitantes,

correspondente a um máximo de 5 (cinco) fatores criminológicos (CARTEUS e PERIOTTO, [s.d.] p. 446)

Alguns Estados condicionam a realização de concursos para o aumento do efetivo policial, apenas quando cabe no orçamento, outros vão, realizam concursos quando existe defasagem muito grande, e é usado como interesse de governadores para momentos oportunos.

4.1 Segurança pública e cidadania

Sabe-se que para uma boa convivência na sociedade todos têm responsabilidades e deveres. Desse modo, o que também pode ser chamado cidadania, segurança pública e cidadania são questões associadas ao campo do direito, isso se dá por que todos têm direito de exercer sua cidadania e o estado tem o dever de assegurar que o cidadão possa exercê-la. Destarte, abordar esses dois campos é muito importante e saber a correlação entre os dois ainda mais.

Segundo Cavalcante (1999, p.9) “o conceito de cidadania pode ser apreendido a partir de dois ângulos — o individual e o social. Considerando-se o indivíduo pode-se entender a cidadania como o conjunto de direitos que o habilita a participar de forma plena da vida pública”. Para que cada um saiba até onde vai o seu limite individual em relação a liberdade de ação no meio social ela tem que compreender a cidadania em um âmbito social coletivo.

Para Sonnenburg (2009, p. 13) esta relatividade decorre do fato de que a cidadania diz respeito à relação do indivíduo com os demais componentes da sociedade e também com o Estado, ou seja, depende da organização política de determinada sociedade em dada época.

Se analisarmos bem a citação de Sonneburg é importante constatar que o conceito de cidadania muda com o passar dos anos, no caso, vai estar ligada as leis e o sistema político de cada época. Assim, pode-se perceber que cidadania existe desde as eras primitivas, mostrando que o ser humano sempre teve um senso de dever e cooperação.

Na antiguidade clássica, cidadania tem a ver com a condição de civitas pela qual os homens, vivendo em aglomerados urbanos, contraem relações fundadas em direitos e deveres mutuamente respeitados. Posteriormente, à condição de civitas somou-se a de polis, ou seja, o direito de os moradores das cidades participarem nos negócios públicos. Já no século XIX, a condição de cidadania é expandida com a inclusão de direitos de proteção do morador da cidade contra o arbítrio do Estado. No final do século XIX e no início do século XX, a condição de cidadão passa também a expressar os direitos relacionados à proteção social, inicialmente relacionados aos riscos do trabalho assalariado (desemprego, acidente do trabalho etc.) e posteriormente estendidos à própria condição de cidadão (RIBEIRO, 2007, p. 526).

É válido, porquanto, identificar três aspectos evolutivos do conceito de cidadania: o (civitas) que se chama de um modo mais liberal, no qual as pessoas tinham relações fundadas no respeito. O segundo é o (polis) considerado um modelo democrático, onde as pessoas tinham direito nos negócios públicos, que convenhamos, é algo bem incomum. O terceiro é o social, onde o cidadão passa a ter mais direitos, direitos individuais e sociais.

A partir da criação da Constituição Federal de 1988 o Estado Democrático redemocratizou os direitos individuais e coletivos dos cidadãos brasileiros, o que torna responsabilidade do estado garantir a execução desse direito pelo cidadão. Entre muitos direitos conquistados temos o direito ao voto com principal símbolo de cidadania.

Portanto, o conceito de cidadania deixa de ser ligado à titularidade e exercício de poder político (votar e ser votado) para assumir o caráter mais abrangente – ter direitos e deveres: “cidadania é algo muito mais amplo, e consiste, sim, na participação política, mas consiste também no exercício dos direitos e deveres que o sujeito possui. Entende-se que o conceito de cidadania é polissêmico”, (COLODETE, NOGUEIRA e GOMES, 2008, p. 15)

Quando se fala em cidadania sempre se associa-a com a palavra ao direito de exercer o voto, algo bem contraditório, uma vez que, o voto ainda é algo que no Brasil você faz obrigatoriamente. Cidadania também é ter direito à educação, direito a ter saúde, de ter um emprego, exercer cidadania vai muito além do que se geralmente se imagina

Portanto, é notório que a ordem constitucional vigente alargou o conceito tradicional de cidadania e de democracia. Serrano cita Melo (2009, p. 7), “os conceitos de cidadania, democracia e direitos humanos estão íntimos, um remete ao outro, seus conteúdos interpenetram-se”. Da mesma forma, o conceito de segurança pública foi influenciado com a nova ordem constitucional, relacionando-se com a questão da cidadania e se comprometendo com os direitos humanos. Para estabelecermos esta relação, é importante abordar o conceito de Segurança Pública.

As mudanças conceituam três reflexos para a atividade policial: 1) a polícia deve reconhecer o cidadão como sujeito de direitos; 2) o cidadão tem deveres para com a segurança pública; e 3) o policial também é um cidadão e precisa ter seus direitos assegurados para que compreenda e respeite os direitos dos demais cidadãos. (SERRANO, s.d. p.112).

A primeira mudança foi e ainda é de suma importância ocorre no momento em que as forças de segurança pública, mais especificamente as militares, se adequaram a nova realidade e se posicionam como instrumento à serviço da sociedade. A instituição polícia militar faz parte da comunidade, com isso, entende-se que defendam os interesses da sociedade, e não apenas do governo, isso mostra o quanto o perfil dessa instituição mudou, lembrando que ela também é composta por cidadãos.

“à segurança pública é exercida com a finalidade de afastar o crime e a violência para preservar a cidadania, ou seja, é indispensável que a atividade policial seja pautada no respeito à dignidade da pessoa humana. Assim, é conclusão lógica que deve ser respeitados os direitos fundamentais; que seja utilizada a força como meio excepcional e proporcional; que se busque a integração comunitária; e que se trabalhe com profissionalismo e neutralidade política. Agindo assim, a polícia garante a atuação na legalidade e conquista legitimidade para suas ações” (SERRANO, s. d; p.112)

Observa-se que com o passar das épocas os crimes mudaram muito de configuração e houve também um aumento no nível da educação, isso forçou os agentes a mudarem sua forma de tratamento e abordagem também.

A segunda reflexão se volta ao que se diz respeito ao cidadão e ao exercício da cidadania. Mas, além dos direitos quais seriam os deveres do cidadão perante as leis? Bom, o que se espera é o respeito às regras impostas pelo Estado, conservando os princípios morais e éticos, dessa forma, todos contribuem para o bom desenvolvimento social. Essa participação do cidadão, no entanto, não exclui a responsabilidade da polícia.

Além disso, conforme Serrano, (s.d, p. 114), a polícia deverá atuar como mediadora entre instituições, ou seja, conclamar a participação de outros órgãos públicos e entidades civis (órgãos judiciais, policiais, órgãos do Executivo municipal, instituições privadas, organizações não-governamentais, associações diversas). Fica bem nítido, portanto, o quanto o papel da polícia aumentou e como ela é essencial atualmente.

A terceira reflexão nos traz algo óbvio, mas que muitas vezes não é bem compreendido pela sociedade. O policial também é um cidadão e está cumprido com o seu dever segundo as leis que regem sua instituição. Antes do policial, temos uma pessoa que tem as mesmas necessidades como qualquer outra.

A polícia é quem apoia os órgãos que reprimem o crime, no caso, os crimes que estão previstos em lei, mas a polícia não aplica as punições, e sim o governo. Isso para lembrar que a polícia também tem que respeitar diversas situações ao se estar em serviço no meio da sociedade. Aqueles que sofrerem algum tipo de abusos por parte dos agentes de segurança, pode recorrer a ministério público para que seja apurado o ocorrido, e se for comprovada, os agentes sofrerão as consequências previstas em lei. Para isso temos o órgão dos direitos humanos que também existem para fiscalizar e garantir o direito de todos.

Após o exposto, entende-se que a cidadania e a segurança são indissociáveis. Deve-se reconhecer a cidadania daqueles que trabalham nos órgãos de segurança como também daqueles a quem eles prestam serviço, sendo a sociedade. As policias têm passado por um processo de democratização para servir ainda melhor à sociedade. A cidadania somente pode ser exercida em plenitude quando estão presentes as condições de paz e tranquilidade

advindas com o exercício da segurança pública. E esta, para ser efetiva, deve contar com a participação e engajamento dos cidadãos, de forma organizada, na formulação de projetos e políticas públicas. Os cidadãos também podem exercer seu poder de polícia baseado em lei e temos de ter um pensamento uníssono: “A polícia é o povo e o povo é a polícia”.

4.2 A polícia militar enquanto ferramenta de segurança pública

O contexto histórico por trás do surgimento das forças de segurança já foi tratado neste trabalho. A partir deste ponto procura-se pontuar algumas questões mais específicas e simplificadas. Já foi dito muito a respeito da polícia militar, mas a final, qual a importância dela? Quando ela foi criada no Brasil? Quais são as instituições que formam a segurança pública?

O Estado Moderno foi instituído para que a autotutela, o olho por olho dente por dente fosse abandonada, ou seja, deixar de lado a lei do talião, e ainda que os conflitos sociais fossem resolvidos com base apenas e tão somente na lei, o instrumento mais importante para efetiva aplicação da Justiça, que deve pacificar a lide e possibilitar em vida em sociedade, com a observância dos direitos e garantias fundamentais (ROSA, 2007).

As leis existem desde os primórdios da vida humana, passaram por transformações e adequações com o passar do tempo, até chegar nos dias de hoje. Para aplicação da justiça, e da lei e da ordem, tem-se um conjunto de órgãos que agem cada um com sua finalidade, mas com um objetivo único, aplicação e cumprimento da lei, do juiz ao policial que está na rua, é um processo interligado. À polícia cabe chegar até aqueles que violam a lei e a ordem nas ruas, agindo preventivamente, e através de outros, quando solicitada pela sociedade, fazendo o que rege seu estatuto, mesmo com risco de sua própria vida.

O art. 144 da CF estabelece que, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos policiais”. Assim, não se pode permitir que a violência seja a regra na sociedade brasileira, a tranquilidade e a paz social uma exceção, que possa alcançar algumas famílias ou alguns eleitos que possuem condições econômicas para contratarem seguranças ou empresas especializadas em segurança pessoal. A integridade física é um direito que deve ser efetivamente preservado. As pessoas não querem promessas, elas precisam de uma proteção que seja efetiva (ROSA, 2007).

Sendo assim, o papel da polícia é garantir a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de agir na prevenção de crimes com sua

presença ostensiva nas ruas, executando prisões em flagrante, mandados de busca e apreensão, blitzes e revistas, a PM pode ser acionada também para controle da população em situações de aglomeração pública, como protestos, manifestações, passeatas, eventos de rua (como o carnaval), atuando estrategicamente para evitar situações de confronto sendo acessível a qualquer cidadão da sociedade e atender ao chamado de quem precise. É uma segurança gratuita garantida pelo estado.

Muito se fala que a polícia militar é uma herança do Regime Militar ocorrido no Brasil entre 1964 e 1984, mas a história não é bem assim. As polícias militares têm sua origem no século XIX quando ao chegar no Brasil, em 1808, D. João VI precisou formar, no Rio de Janeiro, um corpo militar equivalente à chamada Guarda Real de Polícia de Lisboa, que havia permanecido em Portugal (SOUZA, 2007)

Foi criada então a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro que passou a adotar o mesmo padrão da guarda portuguesa, como era o único modelo conhecido, a polícia do Rio de Janeiro não tinha alternativa, a não de copiar os mesmos trajes, armas e estrutura militarizada. Com o passar do tempo e o aumento natural da população, foi preciso aumentar o número de policiais e também a sua implantação em outras localidades.

Segundo Souza (2007), “Mas é somente em 1946 que o termo “Polícia Militar” é padronizado na Constituição após o Estado Novo. Todas as unidades federativas passam a adotar o termo, exceto o Rio Grande do Sul que até hoje utiliza o nome Brigada Militar.” Conforme Cano (2006), “foi durante o período militar que a polícia foi reorganizada, passou a ser regida na hierarquia e disciplina”. E esse é o modelo que perdura até hoje, mas existem alguns movimentos para que ocorra uma desmilitarização da polícia militar.

A Constituição Federal no art.144 nos traz todos os órgãos que fazem parte da segurança pública, segundo a CF. Art. 144, A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III - Polícia ferroviária federal;
- IV- Polícias civis;
- V- Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Sendo assim, cabe a polícia federal apurar infrações contra ordens políticas sociais, atender interesses da União, infrações de repercussão interestadual e internacional, prevenir tráfico ilícito de drogas, contrabandos, funções de fronteiras e marítimas. Além disso, fica

com o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, parecido com a polícia ferroviária, que age de mesma forma, porém, nas ferrovias federais. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia, ficam incumbidas às funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Essas, por sua vez, agem de forma ostensiva e preventiva; restando ao corpo de bombeiros a execução de atividades de defesa civil. Destaca-se que todos os policiais militares e bombeiros são subordinados aos Governadores dos Estados.

5 IMPERATRIZ, POLÍTICA MILITAR E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

O município de Imperatriz tem à disposição dois batalhões de polícia militar, sendo o primeiro, o 3º BPM, esse originado da 3ª companhia independente da cidade de Barra do Corda a partir de 1974. Em 1977 teve sua sede transferida para a cidade de Imperatriz, sendo então, essa data, a primeira registrada de órgão de segurança presente em Imperatriz. Todavia, não fica claro o motivo que levou a mudança de município do Batalhão, mas o crescimento demográfico e econômico contribuiu para essa decisão. Está localizado na R. Leôncio Pires Dourado, 1454 - Bacuri, Imperatriz - MA, 65901-020.

Atualmente subordinado ao comando de policiamento de área do interior - CPA-I/3 conforme Decreto Nº. 13568 de 30 de novembro de 1993 (que aprova o quadro de organização básica “QO” da PMMA), tem seu efetivo previsto em 781 policiais militares. No entanto, o seu efetivo existente é de 506 policiais militares. Está integrado por um estado maior composto por cinco sessões (pessoal e protocolo, informações e contra informações; ensino, instrução e operações e a administração: material bélico, moto mecanização, almoxarifado).

Após sua criação, operacionalmente, possuiu um Pelotão de Comando e Serviços - PCSv, uma companhia de polícia de radiopatrulha- CRRP, dois grupos especializados: grupo de operações especiais- GOE e Força Tática- FT uma companhia de polícia de trânsito- CPTRAN, duas companhias de policiamento com sede em Imperatriz, uma companhia de policiamento com sede em João Lisboa e uma companhia de policiamento com sede em Porto Franco. Atualmente conta com os pelotões de PCD, CPRP, grupos de Operações Especiais- GOE e FT. Assim como as companhias foram extintas passando maior parte delas, a batalhão, desvinculando as da área de atuação do 3º BPM, que atualmente cobre parte de Imperatriz e Governador Edison Lobão. Atualmente é comandado pelo Tenente Coronel QOPM Raimundo Andrade.

O 14º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão foi criado através da Portaria Nº 347/2010, onde a princípio seria instalado, provisoriamente, no município de Rosário. Porém, tal projeto de criação do batalhão ficou apenas no papel quando o Cel QOPM Zanone Porto, então comandante Geral da Polícia Militar do Maranhão, por meio de uma portaria interna publicada no dia 04/01/2014 transfere o 14º BPM para o município de Imperatriz, até então, o batalhão não tinha presença física, e era representado por único policial em uma pequena sala no 3º BPM. No mês de maio deste mesmo ano o 14º sai das instalações do 3º BPM para se

instalar em um terreno doado pela prefeitura de Imperatriz, localizando-se na R. Xíngua, s/n, Recanto Universitário.

Tendo como seu primeiro comandante o Major QOPM Antônio Ricardo da Silva Ventura, nomeado por portaria no dia 08/01/2014 até então o único oficial do Batalhão.

A tropa era composta por 122 policiais e abrangia os municípios de João Lisboa, Senador La Roque, Buritirana, Amarante e em Imperatriz, sentido Brasília toda a área que compõe o lado esquerdo da BR 010, tendo sua sede provisória no 3º Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Imperatriz.

Recentemente, sendo mais exato, no dia 7 de outubro de 2021, o 14º BPM mudou sua sede para a BR-010, na entrada do bairro Conjunto Vitória, mais precisamente onde existia o antigo posto fiscal de Imperatriz. Em 02 de Junho do ano de 2014, o Maj. Ventura, comandante do 14º BPM é transferido para o 2º Batalhão de Polícia Montada, assumindo o comando do 14º o Tenente Coronel Edeilson Carvalho no dia 08 de junho do mesmo ano.

O efetivo atual é composto por 265 policiais, entre oficiais e praças distribuídos na tropa especial da FORÇA TÁTICA, Esquadrão RAIO, e Companhia de Rádio Patrulha, Serviço de Inteligência, entre outros. Recentemente, no dia 7 de outubro de 2021, o 14º BPM mudou sua sede para a BR 010, na entrada do bairro Conjunto Vitória, mais precisamente onde existia o antigo posto fiscal de Imperatriz. Atualmente o comandante do 14º BPM, é o Major QOPM Claudiney.

5.1 A questão espacial dos BPM em Imperatriz

Imperatriz é um dos municípios de grande importância no Maranhão, tendo uma área total de 1.369,02 km², com uma população que, segundo o censo de 2010 do IBGE, gira em torno de 259.980 mil habitantes, sendo o maior centro populacional do Maranhão.

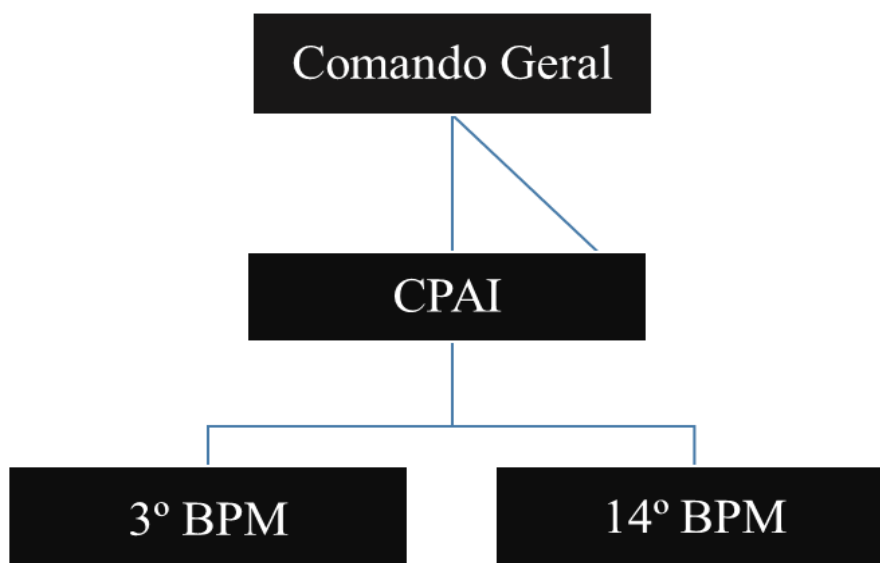
Imperatriz tem um entroncamento comercial mais energético e econômico do estado do Maranhão, se beneficia por estar perto de corredores econômicos de outros municípios e estados, como Balsas, Pará e Açailândia. Tem uma unidade fabril da Suzano Papel e Celulose que também impulsiona a economia da região. Hoje, por força de seu grande desempenho nos setores do comércio e da prestação de serviços, ocupa a posição de segundo maior centro político, cultural e populacional do estado, segundo maior PIB do Maranhão e 165º do Brasil com PIB de R\$ 5.039.597,00 milhões, superada apenas pela capital São Luís.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2020), a renda per capita média de Imperatriz cresceu 120,81% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 278,01, em 1991, para R\$ 386,04, em 2000, e para R\$ 613,87, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de

crescimento nesse período de 4,26%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,71%, entre 1991 e 2000, e 4,75%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 54,78%, em 1991, para 35,76%, em 2000, e para 14,35%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,62, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,56, em 2010. Ainda, segundo o IBGE, (2010), Imperatriz conta com cerca de 223.060 pessoas economicamente ativas.

A polícia militar de Imperatriz é subsidiada em dois batalhões existentes no município e o (CPAI) comando de policiamento de área do interior, este último sendo responsável pelos dois batalhões, como demonstrado no organograma a baixo.

Organograma 1: Organização da polícia militar em Imperatriz.



FONTE: O Autor, (2021).

Os Batalhões de polícia militar de Imperatriz estão interligados por uma pirâmide hierárquica, onde se pode visualizar essa cadeia no organograma acima. Tem-se o primeiro setor de organização da PM que é o comando geral, seguindo dos comandos de interior que abrangem uma determinada região do Estado até chegar aos BPM's.

O 3º BPM originou-se da 3ª companhia independente da cidade de Barra do Corda, a partir de 1974 e a sua implantação se deve muito pelo aumento populacional e dinamismo econômico do município de Imperatriz, ele foi implantado na rua Leônicio Pires Dourado, nº 1454, no bairro Bacuri. Na ocasião, a extensão de terras não construídas dentro do centro urbano da cidade, permitiu que o prédio se instalasse ali. O batalhão conta com 440 policiais, eles ficam distribuídos na área de Imperatriz, sendo que, somente da BR-010, lado esquerdo

sentido Belém- Brasília, até o rio Tocantins. Os bairros são divididos estrategicamente de acordo com as viaturas de área. Isto é, há uma viatura de área para cada determinado grupamento de bairros de Imperatriz, a distribuição das viaturas entre os bairros é feita da seguinte maneira: Santa Rita/ Ouro Verde, Santa Rita/ Bom Sucesso, Itamar Guará/Colina Park, Bacuri/ Parque Anhanguera, Centro/Beira Rio e Sebastião Régis, num total de 6 viaturas.

Além das viaturas há ainda os grupos especiais que atuam em toda a área e inclusive no patrulhamento fluvial no Rio Tocantins, e mais a força tática que opera em todos os bairros, reforçando ainda mais o policiamento dos bairros, no caso da força tática, tem-se um sistema de rodízio. Existe também patrulhamento motorizado (motos) que dão um reforço diário no serviço.

São, portanto, diversos tipos de policiamento. Além do mais, o batalhão conta com uma equipe exclusiva frente ao policiamento ostensivo preventivo nas escolas, a assim chamada ronda escolar que faz um papel social de suma importância nas entidades escolares. Há também a patrulha sob bicicletas e quadriciclo na avenida beira-rio. Com isso, são cerca de 140 policiais escalados diariamente divididos dessa forma.

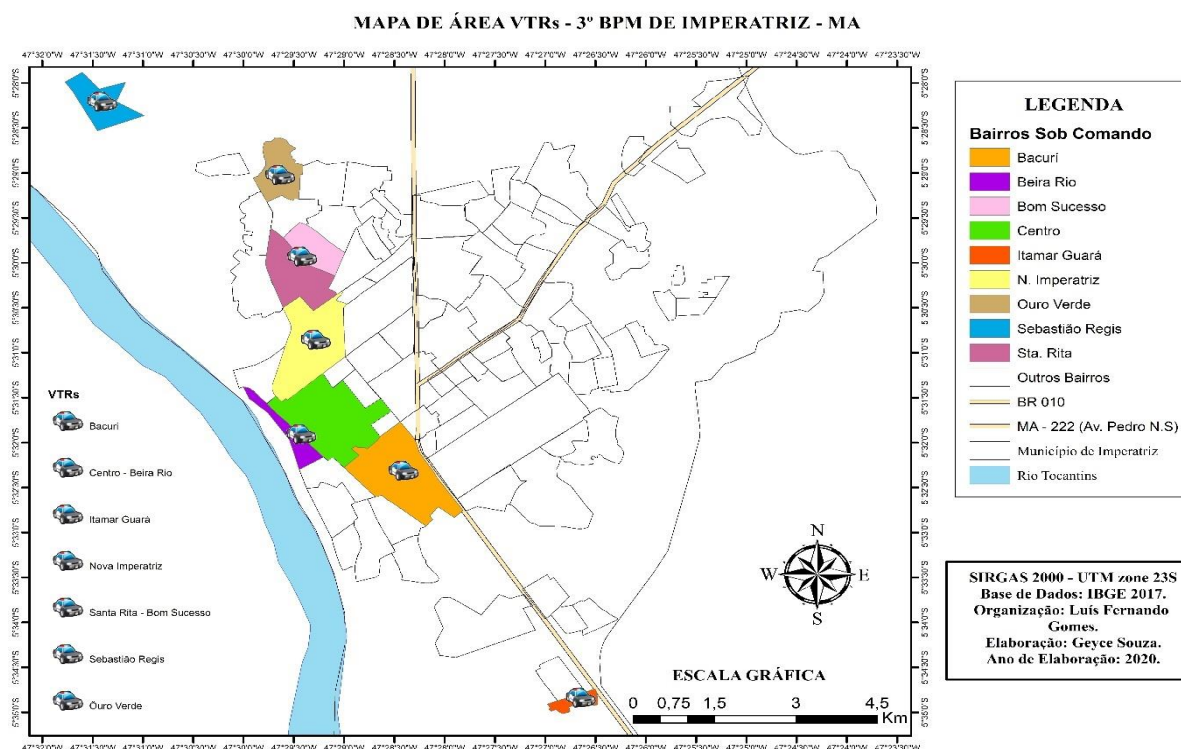
Figura 1: 3º Batalhão de Polícia Militar



FONTE: Google imagens (2021)

Recentemente, o 3º BPM passou por reformas e melhorias, ficando da forma que se pode visualizar na imagem.

Mapa 2- Área de atuação do 3º BPM



FONTE: Luís Fernando, (2020).

Conforme o mapa 2, pode-se ter uma visualização dos bairros em que o 3º BPM executa seu trabalho diário, onde as viaturas permanentes responsáveis pelos bairros que vem da BR-010, até as margens do rio Tocantins, sendo uma área extensa, o batalhão tem que usar o máximo de seus recursos para tentar cobrir todo o perímetro. O fato de existir apenas uma delegacia em Imperatriz faz com que seja preciso um deslocamento maior das viaturas que realizam suas rondas e, por vez, venham a se deparar com alguma ocorrência, se deslocem até o centro da cidade com o infrator, isso acaba exigindo que a viatura mais próxima tenha que cobrir essa área, até a outra voltar para seu bairro de origem, uma limitação por falta de mais recursos e pelo tamanho da região de Imperatriz

O CPAI disponibilizou um relatório de ocorrências dos anos de 2018 e 2019, o acesso a mais dados demonstrativos não foi possível, isso devido as mudanças de comando que ocorreram constantemente. Isso faz com que dados sejam perdidos, segundo “alguém”, essa análise se prejudica pela mudança de comando, visto que, quem assume sempre quer demonstrar serviço e aplicar seu método de trabalho, fazendo com que os dados armazenados sejam alterados e isso faz com que eles se percam no processo.

No mapa de localização e atuação das viaturas pode-se observar que nem todos os bairros têm uma radiopatrulha exclusiva, a falta de desses automóveis especializados gera essa divisão fazendo com que uma viatura fique responsável pela presença ostensiva em mais

de um bairro. Logo, analisando o mapa de área do 3º BPM percebe-se que há sete viaturas de área, tendo em vista que existem cerca de 30 bairros sob responsabilidade do 3º BPM, ficando assim, divididas por áreas que contenham um contingente populacional maior, mais movimentadas e que contenham um movimento comercial. Começando pela vtr do Sebastião Régis, que além de atender o bairro, atende uma aglomeração de casas na entrada do conjunto, junto a avenida Newton Belo, a vtr do Ouro Verde, além de cobrir sua área, fica responsável também pelo bairro Vila Macedo, Imigrantes e Parque Tocantins, a vtr que cobre o Bom Sucesso e o Bairro Santa Rita, cobre também, bairros como São José, Vila Mariana Boca da Mata, Pau da Preguiça e conjunto Planalto, sendo esses, bairros bem próximos, a vtr da Nova Imperatriz, assiste também o Maranhão Novo, Parque do Buriti, Cinco irmãos e Avenida JK, a vtr do Centro/Beira-Rio, se encarrega também pelos bairros, Três Poderes, Jardim São Luis, Juçara e Leandra, e a vtr do Bacuri, cobre também, São José do Egito, São Salvador, Santa Luzia e Parque Anhanguera e por último, a vtr do Itamar Guará, que fica as adjacências.

A proximidade entre os bairros permite que aja, de certa forma, um policiamento satisfatório. Entretanto, existem alguns bairros, que por causa de suas condições físicas, dificultam o policiamento. Alguns têm seu acesso bem comprometido e isso dificulta o deslocamento das viaturas:

Quadro 1- Ocorrências atendidas pelo 3º BPM, período de 2018 e 2019.

	OCORRÊNCIAS	3º BPM/2018	3º BPM/2019
01	APREEN. DE ARMA DE FOGO	122	133
02	HOMICÍDIO	77	51
03	TRÁFICO	179	165
04	ROUBO/ FURTO A PESSOA	314	314
05	MOTOS RECUPERADAS	195	314
06	CARROS RECUPERADOS	20	19
07	ROUBO/FURTO DE MOTOS	286	365
08	ROUBO/FURTO DE CARRO	35	33

FONTE: 3º BPM, (2019).

O 14º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão foi criado através da Portaria Nº 347/2010 provisoriamente no município de Rosário, com a Sede no município de Bacabeira. Localizado na rua Xinguara, nº 01, no bairro Vila Fiquene. O batalhão foi instalado em virtude de doação do terreno e não houve um planejamento prévio para que se fosse realizada sua instalação em outro local.

Em virtude de sua localização ser um pouco mais afastada isso impede que aja o deslocamento diário dos policiais e viaturas até o batalhão. Esse fato faz se tornar importante a existência das chamadas “sedes”, sendo um pequeno ponto para presença policial em alguns bairros pilotos e também o uso de uma ferramenta que se tornou indispensável, o aplicativo de Whatsapp que posteriormente foi substituído pelo uso do Telegram. Menciona-se que por ele é feita boa parte do processo administrativo, como tirar as faltas, avisos sobre ocorrências e deslocamentos, além da solicitação de informações por parte daqueles que estão de serviço nas ruas, as chamadas, consultas.

O efetivo do 14º Batalhão gira em torno de 268 policiais militares, sendo que desses, apenas 150 estão no perímetro de Imperatriz, todos na faixa etária de 18 a 50 anos. Em relação à unidade móvel, o batalhão conta com 5 viaturas permanentes, 10 motocicletas que rodam 6 horas diárias, além de mais duas viaturas que são de uso exclusivo da força tática, esse grupamento também apoia o serviço diário, dando reforço policial em todas as áreas responsáveis pelo 14º BPM. Ante tal cenário, todos esses citados atuam na área que abrange a BR-010 até meados da Vila Fiquene, com cerca de 40 policiais escalados diariamente para o serviço de ação preventiva e ostensividade.

Figura 2: 14º Batalhão de Polícia Militar



FONTE: Google imagens (2021).

A imagem retrata o espaço físico do 14º BPM de Imperatriz, prédio pequeno, porém funcional, mas deixa a desejar no que tange ao suporte necessário aos policiais, ou seja, é

visível a diferença entre os dois batalhões existentes em Imperatriz, pois o fato de um ter sido implantado alega-se que o outro influencia na questão de orçamento disponibilizado pelo comando geral aos batalhões de Imperatriz e a dificuldade do Estado em fornecer verba para compra e construção de espaço mais amplo.

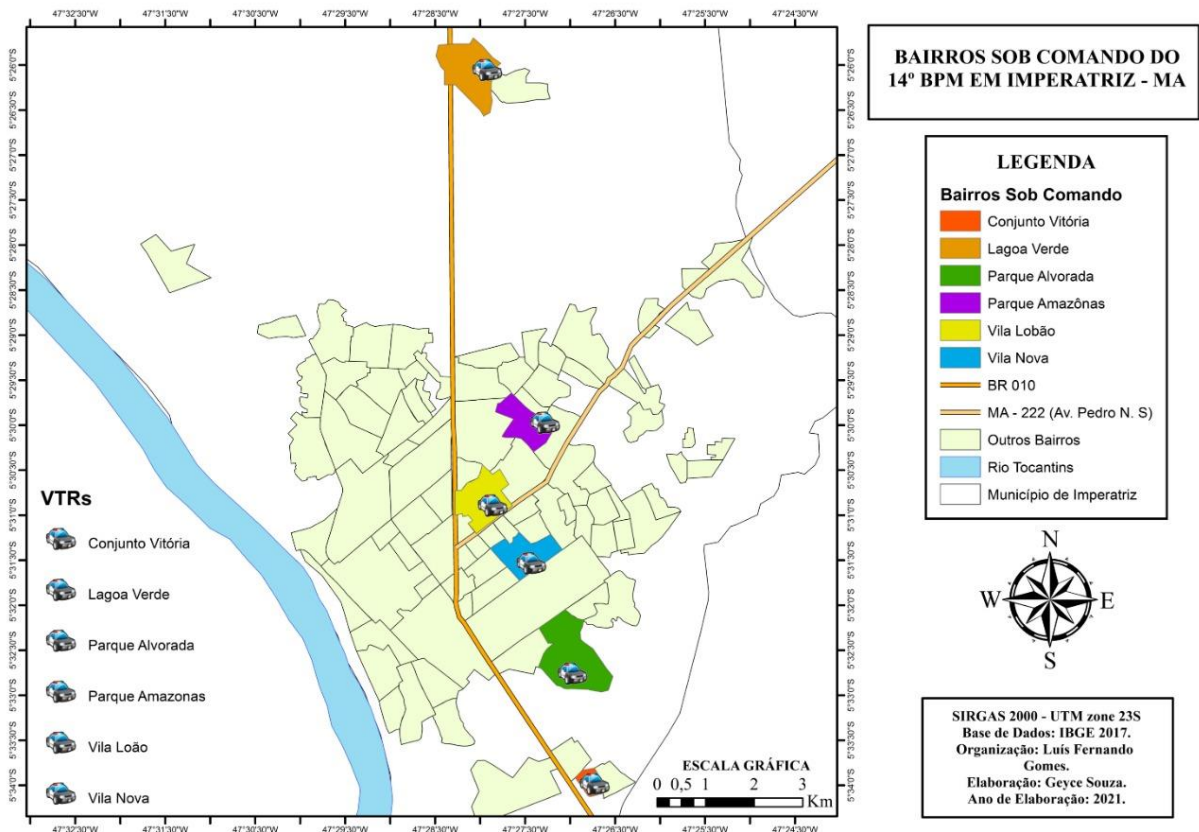
Figura 3: Atual sede do 14º BPM



FONTE: Fernando (2021).

Na imagem vê-se a sede atual do 14º bpm, mudança que ocorreu no dia 07 de setembro de 2021, onde sua sede foi transferida para a Br-010, próximo ao Bairro Conjunto Vitória, se utilizando do prédio onde funcionava o antigo posto fiscal de Imperatriz, sendo um prédio maior, com mais instalações, facilitando as demandas diárias. Esse foi o fator determinante que pesou na decisão da mudança para o novo endereço, uma vez que, o antigo prédio tinha menos acomodações e repartimentos, particularidade que gerava desconforto e apertos, sendo que um ponto negativo ainda persiste por causa de localização, ainda distante dos grandes vultos de Imperatriz, por este motivo, a logística trabalhista do dia-a-dia permaneceu deficiente em decorrência da distância da sede para Imperatriz.

Mapa 3 - Área de atuação do 14º BPM.



FONTE: Luís Fernando, (2020).

Conforme o mapa 3, pode-se observar o mapa de localização estratégica das viaturas nos bairros: Vila Lobão, Vila Nova, Parque Alvorada, Lagoa Verde, Conjunto Vitória e Parque Amazonas, pois são os bairros pilotos.

No mapa de localização e atuação das viaturas do 14º BPM verifica-se que assim como o 3º BPM nem todos os bairros têm uma viatura exclusiva, ou seja, são seis viaturas, distribuídas por 5 bairros e um povoado, sendo esse, o povoado de Lagoa Verde, tendo uma viatura responsável pelo policiamento. Centro Novo, Posto Fiscal, Vila Chico do Rádio, Vila São João e Açaisal, contam com apenas uma vtr para cobrir todas essas áreas que tem uma certa distância entre si, onde seria eficaz o policiamento de ao menos duas vtrs, mas o batalhão não possui de material e o estado não fornece. O próximo bairro assistido por uma vtr é o Parque Amazonas, além de fazer policiamento na Avenida Jacob, Pedro Neiva e avenida Liberdade, fica responsável por assistir a bairros como Parque das Palmeiras I e II, Parque das Mangueiras, Vila Ipiranga, Alto Bonito, Vila Cafeteira, Jardim Tropical, Vila Zenira, Vila Machado, todos próximos. A vtr da Vila Lobão, além de policiar o bairro, que é um dos com movimento econômico alto, centralizado na rua Duque de Caxias, abrange também bairros como Alto da Boa Vista, Vila Redenção I e II, além da Avenida Pedro Neiva.

A vtr da Vila Nova, além do bairro, que concentra em algumas ruas o comércio fica responsável pelos bairros Morada do Sol, Jardim São Luis, Jardim Oriental, Vila Parati, Parque Sanharol, Parque Santa Lúcia, Vila Fiquene, Vila São Francisco, Residencial Cinco Estrela e Vila Palmares, Bom Jesus e adjacências. A vtr do Parque Alvorada fica com os demais bairros próximos à Vila Nova. Nota-se que são bairros pouco estruturados, que as vezes passam por inundações na época de chuva, onde vivem pessoas carentes e que abrangem bairros como Parque Alvorada II, Recanto Universitário, Vilinha, Aeroporto e Teotônio Vilela. Mais afastado, próximo a barreira sentido Bananal, temos o bairro Conjunto Vitória, tendo sua base próxima à ferrovia e cobre bairros que têm realidades distintas, de bairros humildes como, Vila Vitória e bairros mais estruturados com pessoas de alto poder econômico como, Parque das Nações, além de policiar bairros como Cidade Nova, Habitar Brasil e Itamar Guará.

Vale ressaltar que as viaturas podem cobrir umas às outras enquanto uma está envolvida em alguma ocorrência ou apresentando alguém na delegacia.

Tem-se, em seguida, os relatórios de ocorrências fornecido pelo CPAI, com dados relativos aos anos de 2018 e 2019. Pode-se observar uma alternância de números em algumas dessas ocorrências.

Quadro 2 - Ocorrências atendidas pelo 14º BPM, período de 2018 e 2019.

	OCORRÊNCIAS	14º BPM/2018	14º BPM/2019
01	APREEN. DE ARMA DE FOGO	95	116
02	HOMICÍDIO	58	61
03	TRÁFICO	93	100
04	ROUBO/ FURTO A PESSOA	456	419
05	MOTOS RECUPERADAS	207	221
06	CARROS RECUPERADOS	28	23
07	ROUBO/FURTO DE MOTOS	226	213
08	ROUBO/FURTO DE CARRO	13	15

FONTE: 14º BPM, (2019).

Nos quadros 1 e 2 podemos ver uma amostragem quantitativa de ocorrências de naturezas diversas atendidas pelos dois BPM's, nota-se uma variável que muda de um ano para o outro. A divisão que define a atuação dos batalhões é física, se tratando da BR-010, e essa não é unicamente uma divisão territorial estratégica, por ser a área do município de Imperatriz desenvolvida a partir do rio Tocantins. A área territorial que corresponde ao 3º BPM possui uma área comercial maior e com bairros mais estruturados, com um contingente populacional residente na ampla área territorial, isso acaba que centralizando, não de maneira absoluta, mas a grande parte das pessoas empregadas do município, e isso reflete em alguns

números de criminalidade. Existe uma maior incidência de apreensão de arma de fogo pelo 3º BPM, em virtude de ter mais pessoas circulando por essa área, dado que fornece uma maior variedade de comerciantes, lojas e maior fornecimento de serviços, além da Avenida Beira-rio como ponto turístico, isso acaba sendo um atrativo para criminosos realizarem delitos, e nisso se encaixa o roubo/furtos de veículos.

Na área atendida pelo 14º BPM estão alguns bairros como, Vila Lobão, Vila Nova e Parque Amazonas, que possuem, lojas, comércios e prestadores de serviços, são alguns dos mais antigos daquela área, por isso, tem uma certa organização, e tem na avenida Pedro Neiva de Santana muitas opções para consumo de comida e bebidas, além de um shopping, mas também existem bairros mais afastados, que sofrem por falta de um plano estratégico na execução de sua instalação, obras e atendimentos por parte da prefeitura, bairros como: Bom Jesus, Teotônio Vilela e Vila Sálvio Dino apresentam condições ruins de saneamento, drenagem, ruas mal planejadas ou intrafegáveis e outras deficiências.

Por conta de tais situações acabam se tornando bairros com alto índice de criminalidade por geralmente ser o local de moradia dos criminosos, isso acaba sendo pivô para que aja uma maior incidência no número de roubo/furto a pessoas no 14º BPM já que esses bairros mais isolados servem de caminhos/rotas para fuga e esconderijos, uma vez que, a existência de várias ruas entre matagais, que são de difícil acesso, juntando isso, ao um déficit de número de viaturas disponíveis, e algumas já estão sucateadas, isso torna mais complicado o acesso das viaturas a essas localidades mais precários, em se tratando de vias para um deslocamento e tráfego de veículos em geral fica impossibilitada uma resposta rápida das forças policiais servindo, inclusive, como local de escape para quem pratica crimes na área correspondente ao 3º BPM.

Quadro 3: Números gerais de ocorrências somando os Bpms.

ORD	OCORRÊNCIA	TOTAL GERAL 2018/2019		
		2018	2019	%
1	APREEN. DE ARMA DE FOGO	217	249	+14,6%
2	HOMICÍDIO	135	112	-16,2%
3	TRÁFICO DE DROGAS	272	265	-2%
4	ROUBO/FURTO A PESSOA	770	733	-2,5%
5	MOTOS RECUPERADAS	402	525	+30,5%
6	CARROS RECUPERADOS	48	42	-12%
7	ROUBO/FURTO DE MOTOS	512	578	+13%
8	ROUBO/FURTO DE CARROS	48	48	+0%

FONTE: CPAI-3 (2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As forças policiais brasileiras foram criadas, tendo como exemplo a força real portuguesa, a partir daí, foi se modificando em comum acordo com o governo vigente de cada época. Através do tempo foi recebendo novas funções e mudanças na sua forma de agir e mentalidade, mesmo assim, pode-se afirmar que o país ainda tem dificuldades em montar seu próprio modelo de força policial, principalmente, se tratando do Estado do Maranhão, e analisando o recorte do município de Imperatriz, não foi possível constatar com documentos, algum motivo específico e os meios utilizados para instalação dos Batalhões da PM, no município de Imperatriz. Todavia, diante do cenário apresentado, pode-se chegar a algumas conclusões. A primeira e mais evidente é que, mesmo não sendo o maior município em territorialidade, desde sua fundação, se tornou um município com um potencial econômico de muita importância para o Estado, chegando a crescer 120% nas últimas décadas. Com o crescimento da demanda populacional, foi necessário a instalação de um BPM, para que a demanda populacional e econômica pudesse ser atendida, apesar disso, não há nenhum tipo de relato, documento de estudo ou plano estratégico para que o mesmo fosse implantado no endereço atual.

Mas qual critério poderia ser usado? Existe algo relacionado para usar como parâmetro? Existe alguma lei? Bom, muitos estudiosos reforçam que a ONU estipula o número de 1 policial para cada 250 habitantes. Porém, a própria ONU, em 2007, deixou claro essa questão, o dado com o número de policiais por habitante não é das Nações Unidas e, portanto, não sabemos responder as suas questões, a própria ONU fez essa negativa. Então, nem a ONU é capaz de dimensionar esse cálculo.

No Brasil, também não há registro, o que existe é um número aleatório de policias nos Estados brasileiros, entre eles, alguns Estados como, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que se baseiam no sistema Norte-americano. O sistema Norte-americano é originário de profunda análise estatística e científica por técnicos americanos, que chegaram a um consenso de que o efetivo necessário para o sistema policial local varia de 1,5 (um e meio) a 2,5 (dois e meio) policiais para cada 1000 (mil) habitantes, tanto na área urbana como na área rural. E eles se utilizam de critérios criminológicos usados como parâmetros para chegar a esse número, sendo elas, as Localidades Portuárias, as Localidades de Fronteira, as Localidades de População Flutuante e as Localidades de Baixa Renda, é o que é usado para estipular critérios para o efetivo policial. Quanto maior o fator criminológico de uma área, maior será a fração de policiais por 1000 (mil) habitantes.

Então, temos um efetivo de 268 policiais no 14º BPM e um efetivo de 506 no 3º BPM, somando um total de 774 policiais no município de Imperatriz, levando em consideração que o número de policiais de um batalhão pode variar de 500 a 800 policiais. Pode -se afirmar que o 14º está com uma defasagem de efetivo, somando o número total de policiais, que é 774, dividido por cada 1000 (mil) habitantes, sabendo que Imperatriz tem 259.980 mil habitantes, então, a partir de uma base de 2 policiais para cada 1000 (mil), tem-se: 259.980 habitantes dividido por 387 policiais, que equivale à 670 pessoas para cada 2 policiais.

Deve-se considerar que o efetivo total não está disponível, tendo em vista àqueles que trabalham no administrativo, férias, licença e os que estão afastados, então aplica-se uma redução de 20% do efetivo total, restando então 619 policiais, sendo que se disponibilizarmos 2 policiais para cada 1000(mil) habitantes, serão 259.980 habitantes divididos por 309 policiais, ou seja, 841 habitantes para cada 2 policiais. Considera-se então, levando em conta o sistema Norte-americano, que Imperatriz está com um bom efetivo, mesmo sem qualquer tipo de critério para esse tipo de resolução.

Seguindo a lógica, o número de habitantes e os fatores criminológicos deveriam servir de estudo e parâmetros para a criação de um BPM em qualquer lugar, e ressalta-se que esse parâmetro não é uma regra, porque podem haver lugares em que os fatores criminológicos podem ser mais altos ou mais baixos, exigindo uma quantidade maior ou menor de policiais, e ter em mente que uma polícia bem treinada pode suprir a defasagem em um efetivo e diminuir a necessidade de um quantitativo para queda nos índices de criminalidade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, W. M. **Uso do território e justiça: a defensoria pública do estado de São Paulo e os limites à garantia constitucional do direito de defesa.** São Paulo: US, 2015
- ALCÂNTARA, W. M. **O acesso a serviços de justiça na cidade do Recife: uma análise socioespacial da atuação da Defensoria Pública e do Projeto Justiça Cidadã.** Recife: UFDP, 2010.
- ANDRADE, M.C. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, Recife: IPESPE, 1995.
- BAALBAKI, Sérgio. **O Estado, o povo e a soberania.** Migalhas, São Paulo: maio. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/16466/o-estado-o-povo-e-a-soberania>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- BUENO, Paulo. **O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões.** [Maranhão] UFMA. [2006]
- BUNGE, Mário. Teoria e realidade. São Paulo: Perspectiva, 1974b.
- BUTTNER, Anna. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido.** In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. Perspectiva da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.
- CANO, Ignacio. SUR – Revista internacional de direitos humanos: **Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime.** São Paulo, Ano 03, n 05, p. 137-155. 2006.
- CARTEUS, Paulo; PORIOTO, Álvaro. **Efetivo policial militar: paradigmas e proposta metodológica para cálculo de necessidades.** [s.d.], p. 443-456.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTE NETO, Miguel Libório. Programas, Projetos e Parcerias em Segurança Pública: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2009. p. 141.
- COLODETTE, Flávia; NOGUEIRA, Marcelo Rodrigues; GOMES, Marcelo Sant'anna Vieira. **(Re)Construção do conceito de cidadania: quebra de paradigmas.** In: IV

ENCONTRO NA CIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO, 2008, Vitória/ES. Anais... Disponível em: Acesso em 08 jun.2021.

COELHO, Gregg. **Compilação Geográfica – Resumo dos conceitos:** espaço, território, lugar, paisagem, região. Brasília-DF: 2010. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-sociedade/2236929>. Acesso em: 01 maio. 2020.

CONFORTO, Luiz Antonio. Administração de Polícia Ostensiva. 1998

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DINIZ, Célia.; SILVA, Iolanda. **Tipos de métodos e sua aplicação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008. Disponível em: http://ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Met_Cie_A04_M_WEB_310708.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997

FARIA, Ícaro. **Segurança pública brasileira:** responsáveis, números e desafios. [São Paulo], jun. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/seguranca-publica-brasileira-entenda/>. Acesso em: 28 abr. 2020

HAESBAERT, R. Gaúchos e Baianos: **Modernidade e Desterritorialização**. Tese Doutorado em Geografia Humana. USP, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, 1997, n. 03, p. 77-85.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. Fundamentos da metodologia. 5, ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Erika; HESPANHOL, Rosangela. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº14, volume 2, p. 48-60.

POPPER, Karl S. A lógica da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975a.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. **As categorias rurais, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPÓSITO, M. B. E.; WHITAKER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Outras Expressões, 2007. 409 p.

RIBEIRO, Luiz César Queiróz. Desafios da construção da cidadania na Metrópole brasileira. Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set/dez 2007

SADEK, MT. org. SANCHES FILHO, AO., et al. **Justiça e cidadania no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo: Edusp, 2009. [1978].

SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. [1996].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007. [1987]

SANTOS, Milton. Espaço e método. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. [1985].

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SERRANO, Ana. **A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia**. Santa Catarina, p.106-120.

SILVA, Gerson.; LOPES, Claudivan. **Topofilia e topofobia: um estudo da percepção ambiental de alunos do ensino médio em Paçandu – PR. PARANÁ**. 2014.

SILVA, Sueli. **Milton Santos: Concepções de Geografia, Espaço e Território.** Francisco Beltrão: UEOP, 2009.

SONNENBURG, Solveig Fabienne. **Cidadania e o exercício do poder de polícia.** 125f. 2009. Dissertação. (Mestrado em Direito Políticos e Econômicos) – Universidade Presbiteriana São Paulo, Mackenzie, 2009.

SOUSA, Reginaldo.; MORAIS, Maria. **Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira.** São Luís: UFMA, agosto. 2011.

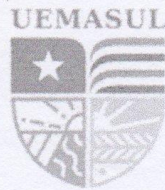
SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: **A perspectiva da Experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** New Jersey: DIFEL, 1974.

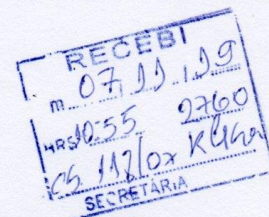
ANEXO

Requerimento de informações endereçado ao 3º BPM



EXCELENTÍSSIMO SENHOR COMANDANTE DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Assunto: Requerimento de informações;



EU Luís Fernando de Oliveira Gomes, estudante de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL), SD PM 681/16 L.Oliveira, lotado no 14º BPM de Imperatriz-MA. Venho através deste requerimento, pedir cordialmente que me sejam disponibilizados alguns dados demonstrativos para serem utilizados no meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Dados que serão desenvolvidos sobre o tema **(A REGIONALIZAÇÃO DA PM EM IMPERATRIZ E A EFICÁCIA DAS AÇÕES)** de minha escolha, sendo ele voltado para a área de segurança pública, uma vez que praticamente não existe trabalho desenvolvido sobre esse tema. Segue a baixo, os dados que a princípio desejo que me sejam disponibilizados.

- 1- A história do 3º BPM;
- 2- O Critério usado para que fosse instalado o batalhão no endereço atual;
- 3- A quantidade de PM's, que estão disponíveis para o serviço tão e unicamente em IMPERATRIZ, não contando os destacamentos fora do perímetro de Imperatriz;
- 4- A divisão e atuação estratégica da ação da PM nos bairros de Imperatriz;
- 5- Mapa de atuação nos bairros;
- 6- Relatório de ocorrências atendidas de todo o período disponível;

Peço deferimento.

Imperatriz-Ma, 16 de outubro de 2019.

LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES

Email: liusferdnan@gmail.com
Contato: (99)99146-2893

Documentos fornecidos pelo 3º BPM



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
COMANDO DO POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR - 3
3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
RUA LEÔNICIO PIRES DOURADO, S/Nº, BACURI, IMPERATRIZ-MA
FONE: (99) 3525-3095

Imperatriz, 26 de novembro de 2019

Do: Ten. QOPM Chefe do P5
Ao: Sr. SD PM 681/16 L. Oliveira.
Assunto: Resposta de Ofício
Anexo: Relatório Anual

Por determinação do CMT do 3ºBPM, em resposta ao Requerimento de informações do SD PM 681/16 L. Oliveira comunico que:

1. A história do 3º BPM

Submeto em anexo documento referente a história do 3º BPM, extraído de um Relatório Anual de 2004 e com dados atualizados do histórico de comandantes.

2. O critério usado para que fosse instalado o batalhão no endereço atual

Não foi possível responder em tempo hábil esta pergunta

3. A quantidade de PM's que estão disponíveis para o serviço tão e unicamente em IMPERATRIZ, não contando os destacamentos fora do perímetro de Imperatriz

- a. O 3º BPM é responsável tão somente pela área do município de Imperatriz que vai da BR-010 até o rio. Nesta área são empregados 440 policias, excluindo desta conta os destacamentos fora do perímetro de Imperatriz.

4. A divisão e atuação estratégica da ação da PM nos bairros de Imperatriz

- a. Os bairros são divididos estrategicamente de acordo com as áreas da Viaturas de área. Isto é, há uma viatura de área para cada determinado grupamento de bairro de Imperatriz, temos, portanto, as seguintes viaturas: Santa Rita/Ouro Verde, Santa Rita/Bom Sucesso, Itamar Guará/Colina Park, Bacuri/PQ Anhanguera, Centro/Beira Rio e Sebastião Régis. Há ainda ação dos grupos especiais como o Grupamento de Operações Especiais que atua em toda área e inclusive no patrulhamento fluvial no Rio Tocantins, da Força Tática que atua em todos os bairros em sistema de rodízio

tal qual o Esquadrão Águia (motos), além dos postos fixos das Barreiras da Ponte, do Bananal e do Porto da Balsa. Há também uma equipe dedicada exclusivamente ao policiamento ostensivo preventivo nas escolas (Ronda Escolar) e o policiamento de bicicleta e de quadriciclo na beira-rio. São cerca 140 policiais escalados diariamente.

5. Mapa de atuação nos bairros



a.

6. Relatório de ocorrências atendidas de todo o período disponível

- a. Não é possível fornecer este dado uma vez que este pedido é genérico e o volume de ocorrências é enorme o que despenderia um gasto de impressão de papel muito grande, outrossim certos dados são sigilosos pois trazem informações a nível estratégico. Isto posto, facultamos o pesquisador para que compareça ao P3 do 3ºBPM pessoalmente onde poderá tomar notas e apontamento dos dados que julgar necessário.

Edisio Do Ó Loiola Jr.
 2º TEN. QOPM
 ID 00847335-00

2ºTen Edisio Do Ó Loiola Junior
 Chefe do P5



ESTADO DO MARANHÃO
GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
COMANDO DO POLICIAMENTO DO INTERIOR
3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

RELATÓRIO ANUAL DO 3º BPM/2.004
HISTÓRICO DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

Originado da 3ª Cia Independente da Cidade de Barra do Corda, a partir de 1974, quando ocorreu a interiorização da Polícia Militar do Maranhão, quando na época governava o Estado do Maranhão, o Dr. Pedro Neiva de Santana, sendo o Secretário de Segurança Pública, o Cel Paulo Maranhão Aires e o Comandante Geral da PMMA, o Cel do Exército Brasileiro Carlos Alberto Salim Duailibe. Em 1977 teve sua sede transferida para a cidade de Imperatriz.

Atualmente subordinado ao Comando de Policiamento de Área do Interior - CPA-I/3, conforme o Decreto N.º 13.568 de 30 de novembro de 1993 (que Aprova o Quadro de Organização Básica "QO" da PMMA), tem o seu efetivo previsto em 781 policiais militares, porém o seu efetivo existente é de 506 Policiais Militares.

Está integrado por um Estado Maior composto de 05 Seções (Pessoal e Protocolo, Informações e Contra-informações; Ensino, instrução e operações e Administração: material bélico, moto-mecanização, almoxarifado).

Após sua criação, operacionalmente, possui um Pelotão de Comando e Serviços - PCSv, uma Companhia de Polícia de Rádio-Patrolha - CPRP, dois grupos especializados: Grupo de Operações Especias-GOE e Força Tática-FT, uma Companhia de Polícia de Trânsito - CPTran, duas Companhias de Policiamento com sede em Imperatriz, uma Companhia de Policiamento com sede em João Lisboa e uma Companhia de Policiamento com sede em Porto Franco. Atualmente consta com os pelotões de PCD, CPRP, Grupos de Operações Especiais – GOE e FT. Assim como, as companhias foram

extintas passando, maior parte delas, a batalhão, desvinculando-as da área de atuação do 3º BPM, que atualmente cobre parte de Imperatriz e Gov. Edson Lobão.

Ao longo da história do 3º BPM, já passaram vários Comandantes:

- 81-82 Walter **Brasil** Conceição Marques-Major QOPM
- 82-83 José Pereira de **Sousa** – Ten Cel QOPM
- 83-83 José Ribamar **Castro** Ferreira- Capitão QOPM
- 83-84 João Cipriano Soares do **Nascimento**-Ten Cel QOPM
- 84-87 Francisco da Chagas **Assis**-Ten Cel QOPM
- 87-87 José Carlos Pimenta **Perdigão** – Ten Cel QOPM
- 87-88 Vinício da Silva **Costa** – Major QOPM
- 88-88 Martinho dos Santos C. **Veloso** – Ten Cel QOPM
- 88-88 Emy Rodrigues **Linhares** – Major QOPM
- 89-90 Wellington **Peixoto** Chagas – Ten Cel QOPM
- 90-90 José **Nogueira** Lago – Ten Cel QOPM
- 91-92 Alberto Corrêa **Maia** – Ten Cel QOPM
- 92-94 Manoel de Jesus Moreira **Bastos** – Ten Cel QOPM
- 88-88 Emy Rodrigues **Linhares** – Major QOPM
- 98-02 Francisco **Melo** da Silva –Ten Cel QOPM
- 02-03 Roberto **Uchôa** Lima – Ten Cel QOPM
- 04-06 **Pedro Ribeiro** – Ten Cel QOPM
- 06-09 Marcos Antônio **Alves** da Silva – Ten Cel QOPM
- 09 **Heron** Santos – Ten Cel QOPM
- 09-12 Aldimar **Zanoni** Porto – Ten Cel QOPM
- 2012 Antônio Ricardo da Silva **Ventura** – Ten Cel QOPM
- 12-13 Ten Cel **Edeilson** Carvalho – Ten Cel QOPM
- 13-16 Antônio **Makus** – Ten Cel QOPM
- 16-19 **Ilmar** Lima Gomes – Ten Cel QOPM
- 2019 Paulo Alfredo **Donjie** de Oliveira – Ten Cel QOPM

Atualmente é comandado pelo Tenente Coronel QOPM Paulo Alfredo **Donjie** de Oliveira e tendo como Subcomandante o Major QOPM **Claudinei** Luís Santos do Nascimento.

Requerimento de informações endereçado ao 14º BPM

EXCELENTÍSSIMO SENHOR COMANDANTE DO 14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Assunto: Requerimento de informações;

EU Luís Fernando de Oliveira Gomes, estudante de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual da Região Tocantina (UEMASUL), SD PM 681/16 L.Oliveira, lotado no 14º BPM de Imperatriz-MA. Venho através deste requerimento, pedir cordialmente que me sejam disponibilizados alguns dados demonstrativos para serem utilizados no meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Dados que serão desenvolvidos sobre o tema **(A REGIONALIZAÇÃO DA PM EM IMPERATRIZ E A EFICÁCIA DAS AÇÕES)** de minha escolha, sendo ele voltado para a área de segurança pública, uma vez que praticamente não existe trabalho desenvolvido sobre esse tema. Segue a baixo, os dados que a princípio desejo que me sejam disponibilizados.

- 1- A história do 14º BPM;
- 2- O Critério usado para que fosse instalado o batalhão no endereço atual;
- 3- A quantidade de PM's, que estão disponíveis para o serviço tão e unicamente em IMPERATRIZ, não contando os destacamentos fora do perímetro de Imperatriz;
- 4- A divisão e atuação estratégica da ação da PM nos bairros de Imperatriz;
- 5- Mapa de atuação nos bairros;
- 6- Relatório de ocorrências atendidas de todo o período disponível;

Peço deferimento.

Imperatriz-Ma, 16 de outubro de 2019.

LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES

Email: liusferdnan@gmail.com
Contato: (99)99146-2893